



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ÍTALO HENRIQUE MUNIZ DE CASTRO

ESTUDO DISCURSIVO SOBRE A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CASA DE
DETENÇÃO DE ARIQUEMES

ARIQUEMES-RO
2015

UNIR - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES

ÍTALO HENRIQUE MUNIZ DE CASTRO

ESTUDO DISCURSIVO SOBRE A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CASA DE
DETENÇÃO DE ARIQUEMES

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia – Habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Escolar, da Universidade Federal de Rondônia, no primeiro semestre de 2015, como requisito parcial para obtenção do título em licenciatura plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ilka de Oliveira Mota

ARIQUEMES-RO
2015

Dados de publicação internacional na publicação (CIP)

Biblioteca setorial 06/UNIR

C355e

Castro, Ítalo Henrique Muniz de

Estudo discursivo sobre a educação no contexto da casa de detenção de Ariquemes. / Ítalo Henrique Muniz de Castro. Ariquemes-RO, 2015.

75 f. : il.

Orientador (a): Prof.(a) Dra. Ilka de Oliveira Mota.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Departamento Pedagogia, Ariquemes, 2015.

1. Detenção. 2. Educação Formal. 3. Práticas Pedagógicas - presídio.
I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

CDU: 37: 343.81

Bibliotecária Responsável: Fabiany M. de Andrade, CRB: 11-686.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007

Av. Tancredo Neves, 3450 - Centro/ Ariquemes-RO / Cep: 76.872-848

Fone/Fax: (69) 3535-3563/ E-mail: campusariquemes@unir.br

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED

ÍTALO HENRIQUE MUNIZ DE CASTRO

**CASA DE DETENÇÃO DE ARIQUEMES: UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE A
EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Ilka de Oliveira Mota – DINTEC/UNIR

Membro: Prof. Dr. Idone Bringhent – DINTEC/UNIR

Membro: Prof.^a Esp. Márcia Angela Patrícia – DECED/UNIR

Ariquemes-RO, 09 de Julho de 2015.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem que me concedeu durante toda esta longa caminhada.

A minha mãe, Amélia Muniz, a minha querida orientadora Ilka Mota, e aos demais envolvidos em minha pesquisa que, de alguma forma, me ajudaram para obter êxito nesse meu percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele eu nada seria, e nenhuma conquista é alcançada sozinho. No decorrer desse longo e árduo processo de formação, muitas foram as pessoas que se fizeram presente ao meu lado, me estimulando e me dando forças para que eu continuasse e não fraquejasse no meio do caminho, e alcançasse, enfim, o tão sonhado diploma.

A minha mãe, Amélia Muniz, que esteve comigo ao longo de toda minha vida, pessoa que, por meio de seus ensinamentos, me preparou para a vida, me fazendo enxergar por sua trajetória de lutas e conquistas, que não devemos desistir jamais de nossos objetivos.

A minha avó, Maria Lenira Machado Muniz, minha guerreira, que me deu e tem me dado muito amor e carinho, e que sei que tem um imenso orgulho de mim.

A minha querida orientadora Dra. Ilka de Oliveira Mota que me auxiliou desde o início até o final da elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso. Devo dizer que ela não mediu esforços para me ajudar de maneira brilhante. Agradeço-a pelo conhecimento oferecido e socializado, por sua paciência e pelas incansáveis horas dedicadas ao meu trabalho que hoje se conclui. Aproveito esta oportunidade para lhe pedir desculpas por diversas vezes e nas horas mais atípicas eu lhe ter importunado.

À Fabiany Moraes de Andrade! Não tenho palavras que expressem o quanto sou-lhe grato pelas dúvidas que sanou e pelo quanto me ajudou, pelas risadas que demos durante os momentos que passamos juntos na Biblioteca do *Campus*.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida escolar e universitária. Todas as interlocuções produzidas foram de grande valia contribuindo grandemente para o processo de minha aprendizagem, em especial deixo aqui registrada a minha admiração pela professora Esp. Rute Moreira Braga, pessoa que me recebeu na Universidade Federal de Rondônia e que, de maneira despreziosa, deixou crescer uma amizade que foi além do contexto educacional e que levarei para vida.

À professora coordenadora do curso de Pedagogia Márcia Ângela Patrícia, que viu o trilhar de meus primeiros passos enquanto futuro pedagogo. Agradeço-a imensamente pelo aprendizado que a mim favoreceu por meio de suas excelentes aulas, permitindo que eu adquirisse maior afinidade com a profissão por mim escolhida.

Por último e não menos importante, agradeço ao Prof. Dr. Idone Bringhenti que, ainda que eu não tenha tido a feliz oportunidade de ter sido seu aluno, muito já ouvi falar de sua competência e esmero como professor e pesquisador, eis a razão pela qual o convidei para constituir a banca examinadora de meu TCC, momento esse importante de minha vida.

"Quando a educação não é libertadora,
o sonho do oprimido é ser o opressor".

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve como temática a educação prisional. O objetivo central que norteou este trabalho consistiu em analisar o modo como a educação é concebida no espaço discursivo da Casa de Detenção de Ariquemes. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica e de campo conjuntamente. A primeira permitiu a compreensão sobre o modo como, ao longo da história do homem, o ato de vigiar e punir se constituiu, observando principalmente aqueles sujeitos que transgrediam às leis impostas pelo rei. Acrescente-se, pudemos também compreender o modo de constituição da prisão desde o seu nascimento até os moldes que temos atualmente. Por sua vez, a pesquisa de campo consistiu na coleta de dados a fim de compreender que tipo de educação é oferecido pela Casa de Detenção. Ela possibilitou-nos compreender as dificuldades e limitações encontradas nesse espaço a partir da análise das informações fornecidas pelos protagonistas desse trabalho. Vale dizer que tais informações foram coletadas, entre outras, por meio de questionários aplicados aos alunos, professores, agentes penitenciários e coordenadora entre agosto de 2014 a junho de 2015. O estudo apontou para a urgente necessidade de maiores investimentos que possam permitir a inserção dos apenados na cultura letrada de modo a favorecer a sua ressocialização na sociedade. Pudemos observar ainda que a infraestrutura da Casa de Detenção tem promovido o contrário: a perpetuação de um sistema que, ao invés de ressocializar, de incluir, promove, isto sim, a marginalidade e a exclusão. Por fim, por meio da pesquisa empreendida, a ressocialização e a inclusão dos apenados na sociedade atual somente dar-se-ão se o direito à educação for de fato levado às últimas consequências. Somente assim a tão aclamada e almejada ressocialização de fato será uma realidade possível e justa.

Palavras-chave: Detenção. Educação. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The theme of this study was the prison education. The main objective that guided it was to examine how education is conceived in the discursive space of Ariqueemes Detention House. To do this, we opted for the literature and field research together. The first was allowed us to understand how, throughout the history of man, the act of watching and punishing consisted mainly watching those guys who transgressed the laws imposed by the king. Add to this, we also understand the prison constitution so from birth until the molds we have today. In turn, the field work consisted of data collection in order to understand what kind of education is offered by the House of Detention. It enabled us to understand the difficulties and limitations found in this space based on the analysis of the information provided by the protagonists of this work. It is worth mentioning that such information was collected, among others, through questionnaires administered to students, teachers, prison officers and coordinator between August 2014 and June 2015. The study pointed to the urgent need for greater investments that can allow the insertion of inmates in literacy in order to facilitate their social rehabilitation in society. We still see that the infrastructure Detention House has promoted the opposite: the perpetuation of a system that, rather than re-socialize, to include, promotes, rather, marginalization and exclusion. Finally, through our survey, the rehabilitation and the inclusion of convicts in society today give only will the right to education is in fact taken to its ultimate consequences. Only then the much acclaimed and desired fact that rehabilitation is possible and fair reality.

Key-words: Detention. Education. Pedagogical practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Imagem 01 - Vênus de Urbino	16
Imagem 02 - Mulher se pentendo.....	17
Imagem 03 - vista panorâmica de uma penitenciária panoptica.....	25
Imagem 04 - Interior da penitenciária de Stateville, Estados Unidos, século XX.....	26
Imagem 05 - Planta do Panopticon.....	26
Imagem 06 - Um detento, em sua cela reza diante da torre central de vigilância.....	27
Fotografia 01 – Brasão	42
Fotografia 02 - Entrada da escola dentro da Casa de Detenção de Ariquemes.....	44
Fotografia 03 - Pavilhões.....	44
Fotografia 04 - Sala de aula	45
Fotografia 05 - Biblioteca.....	46
Fotografia 06 - Coordenação	47
Fotografia 07 - Curso do SENAI.....	47
Fotografia 08 - Banheiros	48
Fotografia 09 - Bebedor	49
Fotografia 10 – Pannel	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DO APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO	15
2.1	Especificidades da Análise de discurso francesa	15
3	EDUCAÇÃO PRISIONAL SOB O VIÉS DA LEGISLAÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PRISIONAL	21
3.1	Histórico dos presídios	21
3.2	O presídio e as Leis.....	28
3.3	Breve Histórico da Casa de Detenção de Ariquemes	34
4	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESQUISA: O CONTEXTO SÓCIO- HISTÓRICO.....	36
4.1	Contextualizando a pesquisa e a metodologia adotada.....	36
4.2	Traçando o histórico da escola pesquisada	37
5	ANÁLISE DOS RECORTES	40
5.1	O Questionário como instrumento de pesquisa: analisando a estrutura da escola .	40
5.1.1	O resultado das respostas do questionário à coordenadora	50
5.2	Concepções de educação e ressocialização no discurso dos professores pesquisados	52
5.3	Concepções de educação e ressocialização no discurso dos alunos/apenados.....	54
5.4	Concepções de educação e ressocialização no discurso dos agentes.	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS:	62
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - COORDENADORA	64
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO - PROFESSORES	69
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ALUNOS.....	73
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO - AGENTES	75

1 INTRODUÇÃO

A cada ano que passa o sistema prisional brasileiro recebe um número significativo de apenados. Tal realidade não é diferente no município de Ariquemes-RO. Nos últimos tempos, inquietações e questionamentos concernentes a essa realidade têm estado fortemente presente em minha vida de estudante, mais exatamente desde minha entrada no Curso de Pedagogia até o presente momento. Minha motivação maior recaiu na questão: como a educação é concebida dentro dos presídios?¹

Com base em um prévio levantamento bibliográfico, pudemos notar, no início desse trabalho, uma escassez no que diz respeito às pesquisas dedicadas à educação prisional no contexto de nossa região.

No imaginário social, é sabido que há alguns sentidos atribuídos à prisão que circulam na sociedade, dentre eles pelo menos dois têm-nos motivado a produzir a presente pesquisa. Um sentido hegemônico de prisão é aquele que significa esse espaço como lugar de punição dos indivíduos que infringem à Lei estabelecida. Um outro sentido bastante comum é o de que o espaço carcerário deveria ser um lugar importante e produtivo de ressocialização, ou seja, lugar que deve(ria) tornar melhores os sujeitos que cumprem pena devido a delitos cometidos contra a Lei estabelecida.

Quanto a esse último, vale dizer que a questão da ressocialização e inclusão dos “marginalizados²” é a nossa maior preocupação e interesse. A nosso ver, a ressocialização deve ser repensada com urgência, daí a motivação por desenvolver esta pesquisa. A respeito dos trabalhos realizados em busca de promover essa tão aclamada ressocialização, pode-se afirmar que a educação ainda se mostra como uma das alternativas com maior ênfase. É por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que isso se torna realidade, mas é claro que no decorrer desse processo muitos são os desafios encontrados.

A noção de educação prisional é relativamente recente no cenário educacional, sendo conhecida somente pelos envolvidos, isto é, por aqueles que estão inseridos neste contexto de ensino-aprendizagem. Em outras palavras, há um acentuado desconhecimento da população de que há um espaço específico dentro dos presídios dedicado à educação (ensino) daqueles que cumprem pena – que estamos chamando neste estudo de apenados.

¹ A título de curiosidade, a orientadora dessa pesquisa já atuou, na década de 90, como docente de um sistema carcerário (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM), mais exatamente no bairro Belenzinho, na cidade de São Paulo capital.

² Interessante observar que a palavra “marginalizado” traz em sua constituição o sentido de marginal, ou seja, aquele que está à margem de algo/alguma coisa, em nosso caso “à margem da sociedade”.

Cassiano (2007) assinala a educação prisional como sendo um direito inalienável de todos aqueles inseridos nesse contexto e levanta as possíveis soluções para tornar essa educação mais proveitosa.

O ensino oferecido aos alunos presidiários no interior do contexto carcerário não pode somente ter o intuito de levá-los à aquisição das modalidades da linguagem como a leitura e a escrita. O processo de ensino-aprendizagem deve transcender tal objetivo, ou seja, deve-se ter a preocupação pela ressocialização, o que implica a inclusão desses indivíduos na sociedade que os espera fora do reduto carcerário. Por isso, torna-se importante observar como o sujeito apenado e os demais envolvidos nesse processo se enxergam, isto é, como se representam e são representados imaginariamente na relação com o ensino no espaço prisional. Sendo assim, observar o modo como tais sujeitos se significam e são significados constitui o objeto fundamental dessa pesquisa. É o que veremos ao longo desse trabalho.

Segundo Thompson (1998), a prisão é um mundo particular criado pelos que nele estão inseridos. É um mundo em que as pessoas pensam individualmente. Por esta razão, o senso comum tende a ser algo inexistente. Os conflitos dos presos com o próprio sistema prisional e com a sociedade está apenas num nível acima dos conflitos tidos entre eles mesmos. Seguindo o exposto pelo autor, cada pessoa que está nesse contexto pensa e age de maneira diferente, não buscando os mesmos objetivos e nem traçando as mesmas metas.

Segundo informações presentes no decreto da Presidência da República, sob o nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, no artigo 1º, fica instituído o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), visando ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. É importante dizer que há alguns artigos importantes, como é o caso do artigo 2º, que afirma que o PEESP deve contemplar a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

Com base em tudo em que foi exposto, tornou-se relevante uma pesquisa acadêmica que trouxesse para a discussão o tema da educação prisional, a fim de que pudéssemos compreender como o ensino é tratado e trabalhado no interior da Casa de Detenção de Ariquemes, bem como analisar como o sujeito apenado se significa e é significado dentro do espaço prisional na reação com questões relacionadas à educação formal.

Para isso, fez parte de nossa pesquisa a produção de entrevistas com diversos protagonistas que atuam diretamente na unidade prisional de Ariquemes; cerca de 70 (setenta) agentes penitenciários; 3 (três) professores do ensino fundamental e médio – 1º ano do ensino

fundamental ao 3º ano do ensino médio; cerca de 25 (vinte e cinco) alunos apenados. Todos esses atuam na Casa de Detenção localizada na cidade de Ariquemes, estado de Rondônia (RO).

O pressuposto que sustenta este estudo é que a educação, além de ser um direito de todo e qualquer sujeito, é um lugar fundamental para a ressocialização do apenado e sua inclusão na sociedade após o cumprimento da pena. Noutros termos, a educação pode permitir a sua real reintegração na sociedade, de modo a garantir a sua integridade como sujeito social.

Partindo desse pressuposto, formula-se a hipótese de que há uma tendência de os sistemas carcerários não darem a devida importância à educação (ensino formal) nem a compreenderem como fator fundamental para o processo de ressocialização/inclusão, o que pode produzir, a nosso ver, efeitos negativos e, porque não perversos, em sua identidade enquanto sujeito social.

Desse modo, com base na hipótese esboçada, formulam-se as seguintes perguntas de pesquisa que orientam este trabalho, a saber:

a) A educação é trabalhada no interior da Casa de Detenção de Ariquemes? Em caso afirmativo, como se dá a sua abordagem?

b) No processo de ensino-aprendizagem, a ressocialização é trabalhada pelos professores e demais envolvidos na presente pesquisa? Em caso afirmativo, como se dá a abordagem da ressocialização no contexto da educação carcerária?

c) As práticas didático-pedagógicas voltadas ao processo de ensino aprendizagem propostas pelos professores favorecem a inserção do aluno na sociedade que o espera? Em caso afirmativo, que tipo de práticas são formuladas a esse propósito?

d) Que concepção(ões) de educação permeia(m) o discurso dos protagonistas (agentes penitenciários, apenados e coordenadora) no interior da Casa de Detenção?

Como já dito, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em contribuir com os estudos que tratam do tema sobre Educação Prisional, procurando compreender o modo de representação dos sujeitos apenados sobre eles mesmos e sobre a educação oferecida pelo sistema prisional. Nossa pesquisa de campo será realizada na Casa de Detenção de Ariquemes, localizada na cidade de Ariquemes, estado de Rondônia, com turmas que correspondem a três turmas de alfabetização, três turmas do 1º ciclo e três turmas do 2º ciclo.

Como objetivos específicos, nossa pesquisa busca:

a) Observar como os alunos enquanto sujeitos de linguagem (sujeitos sociais) se concebem nesse processo;

- b) Conhecer as principais concepções acerca da educação prisional;
- c) Analisar as práticas didático-pedagógicas dos professores, observando se elas favorecem a inserção/ressocialização do aluno na sociedade;
- d) Compreender as concepções de educação que atravessam os protagonistas que atuam no interior da Casa de Detenção.

Em nossa pesquisa foram feitas observações *in loco* para que pudéssemos compreender os modos de abordagem da educação no contexto da Casa de Detenção de Ariquemes. Para isso, utilizamos a seguinte metodologia, a saber: a) questionário constituído de questões abertas direcionadas aos professores que lecionam nesse espaço; b) questionário constituído de questões abertas direcionado aos alunos-apenados e c) questionário constituído de questões abertas direcionado aos agentes penitenciários da Casa de Detenção. Além disso, foram feitos mais dois tipos de registros: registro de observação a respeito do funcionamento interno do presídio e registro por meio de fotos a partir de nossa própria máquina fotográfica. Para isso, um documento foi elaborado pela orientadora desse trabalho solicitando autorização para que pudéssemos realizar a pesquisa almejada.

A fim de situar o leitor a respeito do modo de organização deste trabalho, vale dizer que ele foi constituído de quatro partes. No primeiro capítulo, após a Introdução, o objetivo foi discutir o aparato teórico adotado, explicitando as noções teóricas mobilizadas ao longo do trabalho, dando ênfase às noções de discurso e imaginário criado através de imagens construídas historicamente, tratando o sujeito e a posição ocupada por ele. Também discorreremos sobre a noção de ideologia que permeia a tudo isso. No segundo capítulo, abordamos as considerações a respeito do tema Educação prisional, a fim de compreender qual o entendimento tido por educação prisional e quais as especificidades do ensino neste espaço. Para isso, apoiamos-nos nas reflexões produzidas por Michael Foucault (2009), entre outros pesquisadores que se dedicam a questões que giram entorno das relações entre educação e presídio. Já o terceiro capítulo, produzimos uma descrição das condições de produção que envolvem o sistema carcerário de Ariquemes, pois o mesmo foi o local no qual foi realizada a pesquisa de campo. Finalmente, o quarto capítulo abordou sobre a metodologia utilizadas na coleta de dados, bem como a análise dos dados coletados.

Na sequência, apresentamos as considerações finais, quando procuramos fazer uma síntese a respeito do que foi trabalhado ao longo da pesquisa. Por fim, o leitor poderá vislumbrar as referências bibliográficas e os anexos.

2 DO APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O presente capítulo tem por objetivo explicitar as especificidades do aparato teórico-metodológico adotado nesta pesquisa, trazendo as principais noções teóricas que serão mobilizadas ao longo do trabalho. Para isso, apoiar-nos-emos em autores representativos da disciplina do conhecimento científico chamada Análise de Discurso e, em virtude da natureza de nosso objeto de pesquisa, dialogaremos com as duas vertentes de pensamento que constituem a Análise de Discurso, representadas por dois grandes nomes da história do pensamento ocidental, quais sejam: Michel Pêcheux e Michel Foucault.

2.1 Especificidades da Análise de discurso francesa

A Análise de Discurso (AD doravante) é considerada uma disciplina do conhecimento científico que teve início na década de 60 graças ao filósofo francês Michel Pêcheux. Para se constituir como tal, a AD estabelece relação com outras três regiões, a saber: a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico.

Etimologicamente a palavra discurso traz em seu bojo o sentido de percurso, de correr por, de movimento, como bem nos lembra Orlandi (1999). Como o nome sugere, o objeto da Análise do Discurso é o discurso, ou seja, ela se interessa por estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos”, afirmação essa que permite analisar unidades além da frase³ (ORLANDI, 1999, p.17).

É importante dizer que a Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente nem natural, e procura compreender como um texto significa, considerando o seu funcionamento discursivo. Ela o concebe como constituído por uma materialidade simbólica própria e significativa, o que significa dizer, noutros termos, que o texto transcende a mera definição de “conjunto de palavras organizadas”. *Texto* é compreendido como uma unidade de sentido, de significação, o que significa que toda palavra, investida de sentido e inserida em um contexto histórico-ideológico específico, pode ser concebida como texto, porque provida de textualidade, de discurso. Desse modo, nos projetos de arquitetura, por exemplo, é possível afirmar que, do ponto de vista da AD, o que há são textos, pois aqueles são providos de discursividade, de história, de ideologia, de um contexto de produção específico. O tipo de

³ Retornaremos a essa questão.

arquitetura dos presídios do século XVIII, mais exatamente aquele conhecido por panóptico⁴, está intimamente relacionado com à realidade dessa época, refletindo o modo de relação entre os sujeitos e o mundo (as coisas a saber, como diria Michel Pêcheux, 1988). Podemos estender essa reflexão para pensar sobre a beleza, a moda, a arquitetura colonial brasileira, por exemplo.

No caso da beleza, pode-se dizer que esta não é natural, mas, isto sim, um produto da história (um constructo sócio-histórico e ideológico). Nos séculos XVI e XVII, por exemplo, belas eram as mulheres que apresentavam um corpo com curvas arredondas, como comparece em diferentes quadros na renascença:

Imagem 01 – Vênus de Urbino.



Fonte: Ticiano (1538).

Nas obras de Fernando Botero, é possível presenciar esse ideal de mulher e de beleza: um elemento recorrente em suas pinturas é a presença de mulheres roliças, com curvas arredondadas, como é possível vislumbrar no recorte abaixo:

⁴ A ideia de que um projeto arquitetônico possa ser, ele mesmo, provido de um discurso ficará mais clara quando iniciarmos a discussão, apoiados em Michel Foucault, sobre o funcionamento discursivo do panóptico de J. Benthan. Voltaremos a essa questão no capítulo subsequente.

Imagem 02 – Mulher se penteando.



Fonte: Fernando Botero (2004).

Dando um salto na história, podemos afirmar que, na pós-modernidade, assistimos a um discurso sobre a beleza totalmente diferente daquele dos séculos supracitados. O que temos é um ideal de corpo magro, sem excesso, sem sobras. O surgimento de clínicas de estética e o crescimento significativo do número de cirurgias plásticas no Brasil (abdominoplastia, lipoaspiração, lipoescultura, etc.) são um bom exemplo de um discurso que fez irromper o culto à magreza: o modelo passou a ser o cadavérico. Os cortes das roupas e o seu tamanho materializam bem a eficácia desse discurso da magreza.

Discursivamente, a ação de tirar/lipar/cortar/reduzir (gorduras) está intimamente relacionada, ainda que indiretamente, com o discurso empresarial cujo lema principal é cortar, suprimir, reduzir. Nessa via, temos a seguinte família parafrástica (de sentidos): redução de funcionários, redução de gastos, redução de gorduras, etc.

Um outro signo de beleza era a cor da mulher. Aquelas que apresentavam a cútis branca eram consideradas nobres, cultas, educadas e finas, uma vez não precisavam trabalhar, suar. Em contrapartida, a pele marcada pelo sol (bronzeadas) era signo de pobreza, escravidão; significava que a mulher tinha que trabalhar horas a fio debaixo do sol para sobreviver. Na

atualidade, a pele bronzeada significa posse, poder aquisitivo para usufruir um fim de semana na praia e/ou clube ou ainda de consumir serviços oferecidos por clínicas de estética que trabalham com bronzeamento artificial.

O Brasil colonial, época em que havia uma nítida separação entre os senhores e os escravos, apresentava uma arquitetura muito peculiar. A pia da cozinha era colada com a parede para que o(a) escravo(a) não se distraísse ou observasse os senhores comendo à mesa. A nosso ver, esse era um signo das relações hierárquicas estabelecidas e um modo (indireto) de castigo: ao lavar as louças, o escravo tinha seus olhos voltados para a parede, isto é, seu interlocutor era a parede. Embora ainda tenhamos na atualidade esse tipo de estrutura arquitetônica no interior de muitas casas brasileiras, as relações de sentido com esse objeto (pia, cozinha) são outras.

Tudo isso para dizer que um projeto tanto de moda como de arquitetura, entre outros, não está isento de ideologia, de um discurso que o sustenta. Dito de outro modo, projetos como esses não são neutros nem imparciais, mas atravessados de um discurso uma vez que estão inseridos dentro de um determinado contexto histórico, social e ideológico.

Com o estudo do discurso, pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o homem falando, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem, sua identidade e sua história. Por meio da linguagem, o homem transforma a realidade em que vive e a si mesmo, o que significa que ela não é um produto acabado, produzida aquém da história. Ao contrário, a realidade é um constructo sócio-histórico e ideológico e o homem, sendo um sujeito social e histórico, é capaz de atuar nela modificando-a, transformando-a, (des)construindo-a. Neste sentido, pode-se dizer que o homem, enquanto ser social, confere sentido a sua existência, ao mundo e aos objetos linguageiros com os quais se depara. Tal atribuição de sentido está intimamente relacionada com a(s) posição(ões) ideológica(s) a(s) qual(is) o sujeito está filiado por um processo ideológico e inconsciente. Em outras palavras, a atribuição desse ou daquele sentido diz respeito a um processo completo de identificação id

É o homem (indivíduo), interpelado em sujeito pela ideologia (ALTHUSSER, 1998), que confere sentido à existência, à vida, às coisas a saber. É justamente essa capacidade do homem de atribuir, incessantemente, sentidos que permite seu constante devir, e o das coisas, que interessa à Análise do Discurso.

Há dois conceitos nucleares em AD: o de ideologia (tal como proposto por Luis Althusser em seu trabalho sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado) e o de discurso (tal

como proposto por Michel Foucault em sua célebre obra intitulada *Arqueologia do Saber* (*Arqueologie du Savoir*, título francês original), de onde extraíra o conceito ‘formação discursiva’, para submetê-la a uma noção específica à Análise do Discurso).

A AD ressignifica a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem, trata-se, assim, de uma definição discursiva de ideologia. Neste sentido, ideologia não significa ocultação de sentidos e/ou ideias nem inversão de valores, tal como é compreendida por uma certa vertente da Sociologia. Discursivamente, a ideologia é lugar de produção de duas evidências fundamentais: a do sentido e a do sujeito. A primeira evidência é aquela cujo efeito recai na ilusão de que o sentido só poderia ser aquele, quando, na verdade, o que há é o silenciamento de diferentes sentidos que poderiam ser ditos mas apagados em virtude da formação discursiva. A outra evidência é de que o sujeito é sempre já sujeito, quando, na verdade, ele é interpelado em sujeito pela ideologia. Mas pelo próprio modo como a ideologia atua no sujeito, ela produz a ilusão de que é sempre sujeito.

Na perspectiva trilhada por Foucault é correto afirmar que o discurso transcende a mera definição de ser “um conjunto de signos que carregam tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, intencionalmente deturpado, cheio de “reais” intenções”. Para o autor, não há nada por trás das cortinas, escondido, oculto. Há, isto sim, enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Neste sentido, poder-se-ia dizer que analisar o discurso seria se debruçar a fim de compreender: as relações históricas, as práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos. Fischer (2001) dá-nos um exemplo interessante levando em consideração a educação infantil, mas que pode ser por nós estendida para pensar a educação prisional. Leiamos:

analisar textos oficiais sobre educação infantil, nessa perspectiva, significará antes de tudo tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria “por trás” dos documentos, procurando explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas”.

Como afirma Orlandi (1999, p. 38): “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras do sujeito. Como dissemos, o discurso é o lugar de trabalho da língua e da ideologia.” Sendo assim, pode-se afirmar que o discurso é prática social e traz em seu bojo relações de poder, conforme Foucault.

Há uma interessante entrevista denominada “Sujeito e Poder”, na qual Foucault esclarece o seguinte:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231)

O sujeito da época da inquisição é diferente do sujeito do século XVII e assim sucessivamente.

Foucault promove uma longa investigação histórica de como são compostas as maneiras de existir do sujeito ao resgatar a) o modo de existência dos gregos e suas práticas de “cuidado de si”, b) ao descrever e analisar a sociedade disciplinar debruçando-se na compreensão da emergência histórica do Estado e c) ao analisar as intervenções biopolíticas sobre o corpo do indivíduo e da população. Acrescente-se, o autor produz um profícuo estudo sobre a história do presídio, bem como o processo de vigilância nesse espaço. No capítulo seguinte, iremos trazer para a discussão algumas de suas reflexões para que possamos compreender o funcionamento do presídio na atualidade.

Para finalizar é preciso dizer que o discurso está intrinsecamente relacionado com as relações de saber e poder. Como bem afirma Brandão (1998, p. 31), “o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder.”

3 EDUCAÇÃO PRISIONAL SOB O VIÉS DA LEGISLAÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PRISIONAL

Este capítulo tem por objetivo fundamental discutir sobre o surgimento do presídio para que possamos compreender tanto o funcionamento desse espaço bem como a arquitetura estrutural que presenciamos na atualidade. Também fará parte de nossa reflexão, no presente capítulo, a apresentação de definições de Educação Prisional. Para tal, apoiarmos-nos em documentos que regem a educação como um todo e também aqueles específicos ao contexto prisional, o que permitirá, acreditamos, avançar, no capítulo posterior, na análise pretendida. Vale dizer que, será produtivo, neste momento da pesquisa, apoiarmos-nos nos estudos desenvolvidos por Michael Foucault principalmente em razão de seu vasto e profícuo estudo produzido sobre a história da prisão. Desse modo, acreditamos que poderemos compreender com mais precisão as especificidades que norteiam o ensino neste espaço específico: casa de detenção.

3.1 Histórico dos presídios

Para que possamos adentrar ao assunto “educação prisional”, delinearemos um breve histórico sobre o surgimento da Casa de Detenção e do Presídio, segundo as análises empreendidas por Michael Foucault como já comentado. Iniciemos.

O ato de vigiar e punir aqueles que infringiam as leis estabelecidas se dividiu em quatro períodos, a saber: suplício, punição, disciplina e prisão.

O primeiro denominado “suplício” teve início no século XVII, período esse em que havia a necessidade de se fazer uma exibição do ato de punição do indivíduo infrator, mais especificamente de seu corpo. Segundo a estudiosa da obra foucaultiana Araújo (2000, p. 73): “sua condenação dependia de uma confissão obtida por extorsão de informações escritas que não eram do conhecimento do criminoso, mas faziam parte da instrução e ditavam a pena.” O suplício, então, fazia com que o criminoso se angustiasse até que a confissão do crime viesse à tona. Esse era um modo de fazer o sujeito dito criminoso falar: punia-se para fazer confessar o crime.

Vale dizer que as condenações eram dadas de acordo com o crime cometido. Pode-se dizer que aquele ou aqueles que puniam seguiam à risca o provérbio popular: “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”. Assim sendo, uma vez que as punições eram feitas de

acordo com o crime cometido, aqueles que eram condenados por assassinato tinham seus pulsos cortados; os que cometiam blasfêmia tinham sua língua cortada. Já os ladrões, por sua vez, tinham suas mãos decepadas, e assim sucessivamente.

A punição se dava ao modo de um espetáculo. Todo o ritual era feito com muitos aparatos (punitivos) para que o espetáculo (o modo de punição da época era uma forma autêntica de espetáculo) acontecesse perfeitamente. O objetivo central era a reafirmação do poder do rei, pois os que cometiam crimes o ofendiam profundamente. Como bem lembra Araújo, (2000, p. 73), apoiada em Foucault, “o espetáculo punitivo servia para restaurar o poder real. O crime ofendia o soberano. Numa época em que a morte era frequente devido à fome, pestes e guerras, o suplício a valorizava”.

Reiterando, o objetivo principal do suplício constituía-se em fazer com que o condenado confessasse seu crime através de castigos corporais realizados em meio ao grande público. Esse modo de castigo/punição tinha como objetivo central mostrar o poder do Rei, do juiz e do inquisidor que exerciam suas ações sobre o indivíduo julgado e condenado. O fato de a punição acontecer publicamente causava temor na população; era, pois, um modo de reprimir qualquer tentativa futura de crime. Em outras palavras, mostrar à população um desvio de conduta por meio de punição era um modo de cercear qualquer tipo de crime vindouro. Entretanto, como bem relata-nos Foucault (2000), diante de tamanhas atrocidades cometidas pelas autoridades com o criminoso, a população passou a se revoltar contra as práticas de tortura (suplício). Noutros termos, começou-se a desconfiar do suplício uma vez que era tão violento quanto à prática cometida pelo criminoso. Segundo (ARAÚJO, 2000, p. 73): “Os folhetins que exortavam contra o criminoso, acabavam tendo efeito inverso, o de glorificá-lo aos olhos do povo”.

Houve-se um período que aconteceram revoltas contra o suplício, já quase ao final do século XVIII, aonde reformadores exigem a suavização das penas em virtude da humanidade do criminoso. Na França, já no final do século XVIII, o suplício perde força a uma justiça, diríamos que administrativa. Mas, com a Revolução Francesa, brota novamente o espetáculo com o uso dessa vez, da guilhotina, sendo a morte deixada de ser um ato público só depois de algumas décadas.

O segundo período foi marcado pela punição, período esse que teve sua origem motivada pela decorrência de uma época em que o aumento populacional ocasionava o acúmulo de bens e propriedades, o que despertava o interesse de muitos. Disso resultou em que o roubo passou a ser o crime mais cometido, produzindo na burguesia a necessidade de

proteger seus bens. O que se via era que a classe menos favorecida roubava a classe mais abastada, e essa, por sua vez, cometia fraudes, peculatos e não pagava impostos. A classe popular, quando praticava o roubo, era punida de maneira mais rigorosa, enquanto a burguesia, quando cometia delitos, era punida de maneira mais branda, com o pagamento de multas. Daí originou a necessidade da criação de um sistema penal, que seria responsável por aferir a infração cometida e a punição que deveria o indivíduo sofrer. As punições, por sua vez, tornaram-se mais maleáveis e diferenciadas. É justamente nesse contexto que entra em cena a vigilância. Os reformadores viam que a punição necessitava ser melhor ministrada, e que a mesma devia ser aplicada de acordo com o crime cometido. Com o passar do tempo a sociedade começou a cobrar a condenação dos criminosos, no intuito de que não se infringissem as leis, que servisse então, de exemplo aos demais. Com o advento dos códigos penais, a força policial poderia exercer um trabalho de vigia. A palavra do juiz não era levada em consideração como antes, levando-se em conta agora as provas e evidências para aplicar as penas de acordo com o crime cometido.

Mesmo assim a prisão não era bem vista pelos reformadores, pois levava-se em conta os custos que seriam obtidos para manter os criminosos, assim como também os vícios que existiriam em seu interior. Mas apesar de tudo, a prisão foi uma forma de punição adotada em excelência.

O terceiro período chamado de “disciplina” teve início no século XIX, o “réu” é julgado segundo o que está previsto em lei, e também é julgado o criminoso, segundo suas particularidades, doenças, impulsos, paixões, etc. O juiz atua em conjunto com psiquiatras e psicólogos, e só então o réu é sentenciado.

Muito se fala sobre a influência das prisões modelo da Inglaterra e dos EUA, só que isso não é argumento suficiente para que as prisões fossem adotadas, ao contrário o modelo das prisões adotadas no fim do século XVIII se justifica pela situação econômica e social da época. De acordo com Araújo (2000, p. 76), “o corpo sempre foi tomado pela violência, castigo e dureza do trabalho”. A sociedade disciplinar tem o papel de dominar de tal forma o corpo, que o torna útil e dócil, fazendo com que o indivíduo se enquadre dentro de suas expectativas. As instituições sociais assim como as prisões e as escolas, se estabelecem como máquinas de moldar e compor as forças corporais, permitindo conhecê-los, e analisar.

O quarto e último período é o encarceramento, que ainda é a prática adotada na atualidade, aonde não sabemos ao certo a história da prisão, mais a utilização dela como meio de punir o indivíduo surgiu no final do século XVIII, aonde o condenado era isolado, a sua

força de trabalho não está sendo submetida ao lucro, o que se almeja é o ajustamento do indivíduo e o controle sobre ele. Visa-se modificar a conduta do criminoso através da observação de seu comportamento. Por isso que a prisão é enxergada como “fábrica” de delinquência, efeito do:

Poder de punir e como objeto do que até hoje é chamado de ciência penitenciária. Diz-se que a prisão fabrica delinquentes; é verdade que ela reconduz, quase fatalmente, diante dos tribunais aqueles que lhe foram confiados. Mas ela os fabrica neste sentido em que introduz no jogo da lei e da infração, do juiz e do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorpórea da delinquência que os liga uns aos outros e, todos juntos há um século e meio, caem na mesma armadilha. (FOUCAULT, 1987, p. 258).

É do conhecimento de todos que a prisão não cumpre o papel que motivou a sua criação, que seria o de punir e ressocializar o criminoso, tirá-lo da condição de infrator. Na atualidade, o que se vê é o favorecimento do crime, daí a existência, de um lado, de uma polícia muitas vezes e em sua maioria corrupta e, de outro, o alto custo da manutenção dos presídios brasileiros.

Uma contradição bastante comum presente no interior das discussões sobre o sistema carcerário encontra-se na acentuada preocupação com presídios no que se refere aos projetos políticos e administrativos, mas, infelizmente, não se dá uma atenção especial aos modos de ressocialização dos apenados. Na sociedade disciplinar o que se vê é a desigualdade na aplicação das penas, pois a classe mais poderosa dificilmente vai para a prisão, diferente as classes mais pobres. Segundo Araújo (2000, p. 81) é certo afirmar que:

Por toda a parte funcionam mecanismos que corrigem e punem, cobrindo desde a menor infração até a desordem mais violenta”. Orfanatos, casas correccionais, penitenciárias, escolas, locais de cura, vilas operárias, em todos eles se repartem espaços e se multiplicam práticas instauradoras de saber e poder.

Foucault volta seu olhar e defende não o fim do presídio nem o direito de punir, mas sim a maneira de aplicar as punições. O criminoso se ou não corrigido da prisão não é o alvo da discussão, o que o autor questiona é o uso dos dispositivos utilizados para com os criminosos, são eles: vigiar, punir e examinar. Muito nos faz lembrar com esses relatos, o projeto denominado de panóptico, que era o projeto que criava no próprio indivíduo a necessidade de se autocontrolar, surgiu em meados de 1789, a ideia era criar uma prisão que viesse a ser um modelo a ser adotado por outras instituições prisionais já existentes, que

propunha a ressocialização dos encarcerados. Embora, que a mesma iniciativa deveria mais tarde ser aplicada a outras instituições sociais.

O principal objetivo era desenvolver no indivíduo um controle psicológico, que fazia com que se auto controlassem.

Imagem 03 – Vista panorâmica de uma penitenciária panóptica



Fonte: CONTOS, 1700.

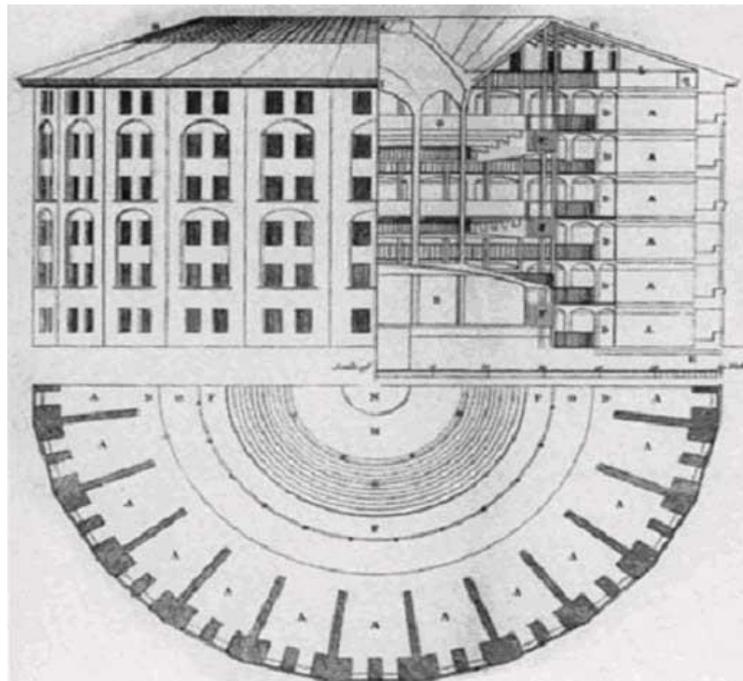
A título de esclarecimento, o Panóptico era uma estrutura em forma de círculo que, em seu centro, havia um grande pátio com uma torre. O círculo era constituído de celas que permitiam ao indivíduo que nela permanecia uma visão privilegiada do interior e do exterior. Dependendo da instituição havia no interior das celas um carcerário, um aluno, um operário, um louco, e na torre um vigilante a observá-los. Vale dizer que o indivíduo que se encontrava dentro da cela tinha a impressão de que a todo tempo estava sendo vigiado, olhado. O Panóptico, como a própria etimologia dessa palavra encerra, é o olho que tudo vez, a qualquer hora e tempo, uma espécie de Big Brother, similar ao personagem Grande Irmão presente na obra *1984*, do escritor inglês George Orwell.

Imagem 04 – Interior da Penitenciária de Stateville, nos Estados Unidos, século XX.



Fonte: CONTOS, 1700.

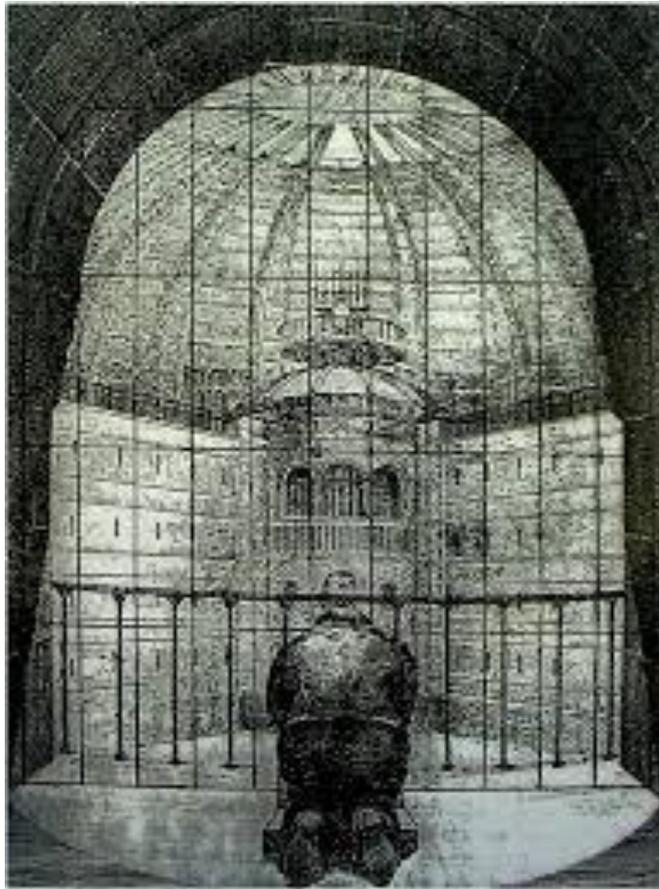
Imagem 05 – Planta do Panopticon.



Fonte: CONTOS, 1700.

O vigilante poderia atravessar as celas com seu olhar, e nada dentro delas poderia passar despercebido, portanto, tudo que os indivíduos fizessem estava exposto ao vigilante, e ele, por sua vez, observava a todos por pequenas frestas das persianas, mas ninguém conseguia vê-lo. O panoptismo remete a uma observação absoluta, é o poder disciplinador agindo sobre a vida do indivíduo, sobre o seu corpo e mente, sendo o mesmo vigiado constantemente sem poder ver seu observador nem saber quando estava sendo observado.

Imagem 06 – Um detento, em sua cela, reza diante da torre central de vigilância.



Fonte: CONTOS, 1700.

Noutros termos, o simples fato de poder ver sem ser visto, garantia a ordem e submissão dos que estavam sendo vigiados. Mais importante que vigiar o encarcerado era fazer com que ele se sentisse a todo o tempo observado. Daí o papel principal do panóptico que não é o de punir o indivíduo e, sim, levá-lo a não cometer o delito, pois ele se sentiria todo o tempo como se alguém o observasse. Com o advento do Panóptico, tornou-se desnecessário o uso de violência física com os encarcerados, já que o panóptico utiliza(va) mecanismos que agem sobre o psicológico dos indivíduos. Ou seja, o observador ideal é

aquele que sempre está oculto, embora possa surgir de repente. Como bem assevera Foucault (1987, p. 229), "O Panóptico (...) permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras; porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido."

3.2 O presídio e as Leis

Com base nas pesquisas documentais realizadas por nós para a realização do presente trabalho, é notório observar que a educação prisional ainda é pouco reconhecida e valorizada nas sociedade atual, principalmente como espaço fundamental e necessário para a ressocialização do apenado. Não há sequer uma legislação específica ou documentos que tratem do assunto de modo consequente. Observamos que a educação prisional é, de maneira geral, representada (subsumida) pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade na qual a educação prisional se insere.

Já no tocante às Leis específicas para a classe presidiária, podemos citar a Lei de Execuções Penais nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que, por sinal, é bem objetiva quando se trata dos direitos e deveres dos apenados. Esta Lei traz em seu bojo o direito à educação, no entanto o que vemos na prática é um percentual baixo (muito tímido) de apenados que estudam: está em 17,3% e 26% os que participam de algum trabalho de ressocialização oferecido dentro do sistema prisional. Entre esses trabalhos estão os serviços braçais por meio dos quais os apenados recebem remissão da pena, assim como o estudo. A esse respeito, vale dizer que não são todos os apenados que têm acesso ao ensino dentro das casas de detenções.

Em nosso trabalho de campo, em uma de nossas visitas à Casa de Detenção de Ariquemes, fui informado pelas professoras que inúmeros são os apenados que lhe enviam bilhetes por meio dos companheiros de cela – aqueles que frequentam as aulas oferecidas pela Casa. Nos bilhetes, os apenados manifestam o desejo de estudar. No entanto, para que isso aconteça, é necessária, além da manifestação da vontade do apenado, a liberação por parte do diretor do presídio. A liberação é baseada conjuntamente no bom comportamento do apenado e no número de vagas disponíveis em cada turma.

Notamos uma total diferença nas falas a nos relatadas. Ao conversar com um agente penitenciário, quando da aplicação do questionário, o mesmo relatou-nos, assim como o fez no questionário, que todos os apenados têm o direito ao estudo, mas, contraditoriamente, não há, dentro da Casa ou algum órgão da cidade de Ariquemes, uma análise, levantamento ou

estudo de caso/demanda para que os apenados possam, todos eles, participarem do processo educacional ao qual têm direito. Nesse sentido, vale perguntar: se a Educação, garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil no seu art. 205, é uma via fundamental e necessária para o processo de ressocialização do apenado, por que há tão poucos apenados estudando? Por que o desinteresse das autoridades e, conseqüentemente, a falta de investimento nesse âmbito?

A educação como medida de ressocialização tal como comparece na Lei de Execuções Penais ainda não é encarada da maneira que deveria, e por isso ela é interpretada de maneira diferente, variando de estado para estado. Enquanto alguns fazem valer o que realmente está escrito e incentivam a educação prisional, outros nada fazem nessa direção. Poucos ainda são os que dão a real importância ao contexto político da educação carcerária no Brasil.

A atual Legislação Penal Brasileira, Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, afirma que a assistência educacional deverá compreender o aprendizado escolar e a formação profissional do apenado no contexto do sistema carcerário brasileiro. Instituído a educação básica como fator obrigatório, integrando-se ao sistema escolar da unidade federativa, implicará na diminuição da pena do apenado.

No que diz respeito à diminuição da pena através da educação oferecida, no Brasil existe a Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que trata especificamente do assunto. Tal Lei altera a Lei Nº 7.210, de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho, como podemos ler a seguir:

Art. 1º Os arts. 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

§ 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.” (NR)

“Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.” (NR)

“Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.” (NR)

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

§ 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

§ 2º Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos.” (NR)

Têm-se levado em conta também a diminuição da pena em decorrência de prestação de trabalho já aprovada pela Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011 de Execuções Penais. Esta cita a súmula nº 341 do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe o que segue: “a frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto”. Na Casa de Detenção de Ariquemes, os apenados que frequentam as aulas, cursos profissionalizantes ou prestam trabalhos, têm sua pena diminuída. Como dizem os agentes, os apenados “assinam ponto duplo” para que a remição da pena seja efetuada.

No documento disponibilizado por meio eletrônico no portal do MEC, que aborda as Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015, o Plano Mais Brasil menciona a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI doravante) como sendo a responsável por diversas áreas da Educação, incluindo a Educação Prisional, ou para melhor dizer, as pessoas em privação de liberdade. O documento traz o seguinte:

Em relação aos macroprocessos finalísticos a SECADI prioriza o fortalecimento das políticas educacionais voltadas para a educação intercultural dos povos indígenas, o atendimento às especificidades das populações do campo, das comunidades remanescentes de quilombo e demais povos, para as relações étnico-raciais, a sustentabilidade socioambiental, a educação em direitos humanos, de gênero e diversidade sexual, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a alfabetização, a elevação de escolaridade, qualificação profissional e a participação cidadã, bem como a implementação de estratégias específicas para a juventude e as pessoas em privação de liberdade. (BRASIL, 2012, p. 1).

A falta de comprometimento com a Educação Prisional é notória, o que pode ser percebido acessando a descrição da SECADI no portal do MEC. Nele observamos que, em momento algum, a educação no contexto prisional é mencionada. Esta é associada indiretamente à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos. Caso um cidadão comum em visita ao site do MEC pesquise sobre a educação prisional, ele não encontrará uma informação clara ao entendimento de um indivíduo que não esteja inserido no contexto educacional, pois a SECADI não é específica quanto ao trabalho desenvolvido com a população carcerária. Portanto, questionamos: como uma Secretaria que trabalha em prol de uma “minorias” acaba os excluindo?

Observe-se, a seguir, o texto retirado do site do MEC:

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. (BRASIL, 2015).

Em nossa busca por documentos sobre a Educação Prisional no site do MEC, ele redireciona para a SECADI, no entanto não há nenhum texto que fale sobre o assunto. De nossa parte, essa falta de informação pode ser motivada por alguns fatores, a saber: a) desatenção do responsável por tal Secretaria, b) uma forma de a SECADI não se responsabilizar por obrigações relativas às especificidades do ensino realizado no contexto prisional; c) descaso do sistema brasileiro de educação.

É do conhecimento de grande parte da população que a educação brasileira sofre com o descaso por parte do governo, e perde de longe na qualidade de ensino para países menos

desenvolvidos e com menos poder que o Brasil, em nosso país inúmeros são os órgãos e instituições responsáveis por fiscalizar e aferir a qualidade do ensino e, mesmo assim, não se observa conseqüente melhora no âmbito educacional, o que dirá da educação carcerária que é uma classe que vive à margem da sociedade?

A Constituição Federal de 1988, no art. 208, estabelece o dever do Estado na garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando inclusive sua oferta aos que não dispõem da mesma na idade idealmente apropriada (certa). Considerando os baixos índices de escolarização apresentados pela população carcerária, a EJA corresponde à modalidade de ensino ofertada a essa população acima da idade escolar e, a nosso ver, deveria contemplar todos os estabelecimentos prisionais do país. No que se referem aos direitos adquiridos, assevera Vieira (2006, p. 20):

Temos direitos a coisas distintas, como educação, saúde, propriedade, liberdade de expressão, voto ou prestação jurisdicional. Para cada um desses direitos existirão distintas formas de deveres. Nesse sentido, é muito difícil falar em direito sem imediatamente pensar em uma ou várias obrigações. Destaque-se, ainda, que para cada um desses direitos há distintas pessoas ou instituições que estarão obrigadas a respeitá-los ou garanti-los. Há direitos que obrigam apenas uma pessoa, como os derivados de um contrato. Outros obrigam o Estado, como o direito à educação básica, expresso em nossa Constituição.

Com base no exposto acima, pode-se dizer que a educação é um direito dos indivíduos, o que nos leva a afirmar, por analogia, que tal direito também deve/deveria ser salvaguardado àqueles que, por alguma razão, tiverem sua liberdade privada, como é o caso dos apenados. Isso é reafirmado no Manual de La Educación Básica en los Establecimientos Penitenciarios da UNESCO, (1994), ao dispor que:

La educación se reconoce ahora como una necesidad humana básica y como un derecho humano. En consecuencia, puede arguirse que el encarcelamiento, aunque se considere un castigo justificado, no debe llevar consigo una privación adicional de derechos (...) entre los que figura el derecho a la educación⁵.

A formação específica para os profissionais dessa área, isto é, que trabalham no interior de uma casa de detenção é outro ponto que se deve levar em conta. Há curso de

⁵ “A educação se reconhece agora como uma necessidade humana básica do ser humano. Porém, pode-se argumentar que o aprisionamento, embora seja considerado um castigo justificado, não deve levar uma privação de direitos adicionais (...), que incluem o direito à educação”. Tradução nossa.

formação de docentes para trabalhar exatamente no sistema prisional. Esse curso é de caráter de formação continuada, com uma carga horária de 180 horas distribuída por meio de módulos, sendo ofertado na modalidade semipresencial. O objetivo é formar os profissionais visando a que os mesmos sejam capazes não apenas de saber compreender as peculiaridades desse público, como também saber enfrentar os preconceitos que estão voltados a essa classe.

Entretanto, os professores que compõem o quadro de funcionários do CEEJAR na Casa de Detenção de Ariquemes não participaram de nenhum curso ou preparação específica antes de ministrarem aula nesse recinto. Levando consigo apenas a bagagem oriunda da experiência adquirida em sala de aula no ensino regular (educação básica). Mas, de acordo com uma das professoras entrevistadas, dependendo da disponibilidade dos professores, os mesmos participam de seminários que abordam temas relacionados à Casa de Detenção e à área de saúde (tuberculose e DST), em virtude do risco aos quais os professores estão expostos.

Na esfera federal, compreende-se que o sistema carcerário brasileiro convive com graves problemas de ordem estrutural, entre eles podemos destacar os que seguem: a) um número insuficiente e superlotação das Unidades Prisionais; b) a precariedade e comprometimento físico das Unidades Prisionais; c) privação dos direitos dos presos, como por exemplo, o acesso à educação; d) desqualificação de alguns profissionais envolvidos no sistema prisional; e) falta de reconhecimento social e baixos salários desses profissionais; dentre outras problemáticas (JULIÃO, SANTIAGO; BRITTO, 2006).

Neste sentido, podemos afirmar que as políticas públicas voltadas a essa problemática são deficitárias no que se referem ao papel de provedor de recursos. Um bom exemplo disso é a falta de oferecimento de uma formação específica para os sujeitos (professores, agentes, administrativos, etc.) atuarem no contexto prisional com os apenados. O suposto desinteresse do poder público deixa parecer que a falta (ou suposta falta) de conhecimento dos apenados seja pertinente a algumas pessoas que fazem parte do poder público, pois com a falta de conhecimento e de um olhar crítico dos fatos que acontecem ao seu entorno, as chances de que os mesmos saiam da condição em que se encontram sejam mínimas. Apesar de tudo isso, isto é, todos esses percalços encontrados no interior do contexto prisional, há educadores realmente comprometidos que desenvolvem funções fundamentais para a promoção da mudança social a partir da educação de jovens e adultos.

3.3 Breve Histórico da Casa de Detenção de Ariquemes

Com base em nossa pesquisa de campo que compreendeu o período de 26 de agosto de 2014 a 29 maio de 2015, a Casa de Detenção de Ariquemes não possui um histórico oficial, pois em busca de tais dados diretamente com o diretor do presídio, o mesmo informou que não detinha tais dados. O mesmo afirmou que a instituição tem exercido o papel de Presídio, embora a instituição seja uma Casa de Detenção, isto é, a sua função primeira é receber, provisoriamente, o apenado.

Como o próprio nome indica, a Casa foi construída com o objetivo de receber provisoriamente os apenados, até que suas penas fossem avaliadas e julgadas.

Segundo Reis (2015), a Casa foi edificada sobre uma delegacia de polícia civil, e não se enquadra (e nunca se enquadrará) dentro da infraestrutura ou planejamento necessário para se constituir como um presídio. Com base em nossa pesquisa, o estabelecimento tem uma capacidade para 108 (cento e oito) presos, no entanto, atualmente, apresenta uma população carcerária de 268 (duzentos e sessenta e oito) presos, entre reclusos provisórios e definitivos. Como se vê, há um excedente de 160 (cento e sessenta) detentos.

Acrescente-se ainda, quando de nosso pedido de um documento que tratasse do histórico do prédio, o gestor da Casa informou que a Prefeitura de Ariquemes poderia ter o histórico da instituição, até pelo fato de a atual estrutura ter sido, de certa forma, emprestada para se transformar em Casa de Detenção. Entretanto, de acordo com os funcionários da Prefeitura, o histórico institucional é dever da própria instituição que, nesse caso, pelo fato mesmo de a Prefeitura ser da esfera municipal e a Casa de Detenção competir a esfera estadual.

A atual situação em que se encontra a Casa de Detenção do município de Ariquemes é preocupante e, pode-se dizer grave, pois o quantitativo de apenados que se encontram “depositados”⁶ nessa instituição é bem maior que o número de vagas que a mesma comporta, o que se constitui, a nosso ver, em um problema seríssimo do ponto de vista tanto da segurança pública como dos direitos humanos fundamentais.

É importante levar em consideração o fato de que há mais de dois anos a Casa de Detenção de Ariquemes não tem qualquer investimento no tocante à melhoria da infraestrutura, aumento de celas e capacidade da população carcerária.

⁶ Voltaremos a essa questão.

Abramos um parêntese. É sabido que está sendo construído um presídio com estrutura que supra a necessidade (demanda) do município de Ariquemes e demais cidades do entorno, embora o mesmo esteja em atraso nos andamentos da obra. De nossa parte, a obra já deveria ter sido entregue. Tal atraso é, para nós, um signo de total desrespeito aos apenados e aos trabalhadores dessa instituição que, no geral, lidam com situações adversas e têm que se acostumar até que providências sejam tomadas ou mesmo que as obras sejam entregues. Os apenados, por sua vez, reivindicam o aumento de número de celas, e também maiores oportunidades de adentrarem ao mercado de trabalho intramuros, porém essas reivindicações não dependem do diretor da instituição, ele apenas é uma ponte entre os apenados e o poder público. Tais reivindicações só podem ser atendidas com o auxílio do Poder Executivo Estadual.

Para finalizar essa seção, vale dizer que as aspas na palavra “depositado”, no antepenúltimo parágrafo, não é à toa. Elas remetem a um fato bastante corriqueiro dentro do sistema prisional, qual seja: as condições oferecidas aos apenados são em sua maioria precárias, dando a impressão de que o espaço em que são alocados é um depósito no qual se depositam objetos, coisas, corpos sem vida. Perguntamos se esse modo de tratamento não seria, ele mesmo, uma forma de punição?

4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESQUISA: O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Neste capítulo, serão delineadas as condições de produção da pesquisa, isto é, os aspectos principais que entram em jogo na discussão sobre o objeto de nossa pesquisa: a escola, o ensino. Além disso, descreveremos o método utilizado para a obtenção do conhecimento científico, isto é, das perguntas que motivam o trabalho. Este se fundamentou em pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de campo, sendo essa última motivada por questionários construídos por nós para obtenção das respostas.

4.1 Contextualizando a pesquisa e a metodologia adotada

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo de campo, tendo como objetivo apresentar as análises a respeito do tema abordado.

A abordagem dialética visa entender a realidade social e educativa fixando-se na análise e interpretação dos fenômenos. Com isso, o pesquisador busca a interação com os dados qualitativos e quantitativos, almejando a compreensão dos elementos da pesquisa. Sobre as informações qualitativas, e a maneira como são apuradas e sintetizadas, Demo (2001, p. 10) afirma:

Falo de informação qualitativa no sentido de que buscamos na realidade informação – dados – sobre ela, de sorte que a possamos manipular cientificamente, permitindo tanto sua melhor compreensão quanto, sobretudo, condições de intervenção e mudança. Em vez da informação pretensamente objetiva da qual não se poderia duvidar, vou privilegiar aqui a informação interpretativa, da qual é necessário sempre duvidar e que precisa ser refeita. Esse tipo de dado é, sobretudo, construído, não apenas colhido.

A linha da pesquisa utilizada foi a discursiva (tendo essa, como dito no Capítulo 1, uma forte relação de diálogo com o Materialismo Histórico). Assim sendo, o foco é a perspectiva histórico-crítica, os autores utilizados auxiliaram na interpretação dos resultados desta pesquisa. Para que fosse possível se chegar aos objetivos, foi feito o uso de pesquisa bibliográfica, visando o levantamento bibliográfico acerca das concepções de educação prisional, norteando-se pelas pesquisas sobre o tema já feitas. Assim como o estudo da legislação e outros documentos para o conhecimento da política para educação prisional.

Quanto à coleta dos dados, ela foi feita no período de 26 de agosto de 2014 a 29 maio de 2015 na Casa de Detenção de Ariquemes e no CEEJAR, as quais foram escolhidas por serem as únicas instituições responsáveis pelas informações desejadas. Primeiramente se realizou a pesquisa na Casa de Detenção Ariquemes. A forma de abordagem do problema foi tanto qualitativa quanto quantitativa, contendo observações, que foram registradas com câmera fotográfica; entrevistas realizadas com o uso de questionários de perguntas; roteiro aberto e estruturado e semiestruturado; questionários aplicados aos participantes investigados (alunos/detentos, professores, Coordenadores e Agentes penitenciários).

4.2 Traçando o histórico da escola pesquisada

Antes de iniciar a descrição do histórico da escola em questão – escola essa localizada no interior da Casa de Detenção -, vale dizer que as informações que seguem ao longo dessa seção foram obtidas por meio de conversa informal tanto com o diretor do presídio, quanto com uma das coordenadoras responsáveis pela educação oferecida dentro da Casa de Detenção de Ariquemes. O ensino está sob supervisão do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Ariquemes Rondônia (CEEJAR doravante) e, por isso, utiliza-se o mesmo Projeto Político Pedagógico (PPP) dessa instituição. Esse documento foi disponibilizado pela Coordenadora, já que a Casa de Detenção não disponibilizou nenhum documento equivalente, sob o argumento de que tais documentos envolvem dados que não podem ser divulgados, e também pelo fato de a instituição ser documentada como uma Casa de Detenção e não como um presídio, pois sua estrutura atualmente não comporta, sendo que dentro de alguns meses será entregue a obra da nova sede do presídio. Somente assim ele será documentado e terá seu próprio plano de ação.

A Escola está localizada na avenida Capitão Sílvio, nº 1874, Setor Grandes Áreas, na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia (RO).

Como já dito, a educação oferecida dentro do presídio é uma extensão do ensino de jovens e adultos do CEEJAR, que é uma parceria da esfera estadual em cumprimento com a Lei que estabelece o acesso do apenado ao estudo. Essa educação oferecida pelo CEEJAR acontece de duas formas. A primeira delas é pelo provão a partir do qual os alunos fazem a matrícula e, na sequência, realizam as provas. Neste caso, não é necessário frequentar as aulas, somente no dia da aplicação da prova. A segunda consiste em educação modular, ou seja, ensino seriado, no qual o aluno frequenta as aulas e é avaliado ao final por meio da

aplicação de uma prova cujo objetivo é verificar se foi aprovado ou não. A instituição de ensino é constituída de três salas de aulas. Os alunos são divididos de tal maneira que na primeira sala ficam os alunos que estão na alfabetização, na segunda sala permanecem os alunos que estão no ensino fundamental e na última sala, os alunos do ensino médio. O número exato de alunos que estão matriculados é difícil de saber ao certo, em razão do alto índice de rotatividade dos alunos, mudança de unidade prisional, cumprimento de pena e desistência, sendo esse último motivo uma das poucas justificativas, embora, que pelo que percebi a maior procura acontece no ensino médio no horário noturno, período no qual o número de alunos equivale a 20 (vinte). Esses frequentam assiduamente as aulas, seguido pela alfabetização que em média atende a 12 (doze) alunos no horário matutino. As demais turmas, independente do horário, atendem de 03 (três) a 06 (seis) alunos.

Uma conquista da Casa de Detenção bastante significativa, que a torna referência dentro da sociedade ariquemense, é o seu projeto denominado “Construindo a liberdade”, destinado à profissionalização dos apenados. Segundo o atual diretor, a seleção daqueles que irão participar desse projeto assenta-se no critério do bom comportamento e/ou da participação nas aulas. Trata-se, pois, de uma maneira de incentivar o estudo e, conseqüentemente, um modo de tentativa de que haja ressocialização dos apenados. Atualmente, os cursos oferecidos são voltados para a construção civil, elétrica e corte e costura.

O Projeto “Construindo a Liberdade” capacita os internos do Sistema Penitenciário, uma tentativa de inseri-los no mercado de trabalho. Os reeducandos participaram de cursos de pedreiro, carpinteiro, eletricista, corte e costura. Durante o período de capacitação, aos alunos são oferecidas atividades teóricas e práticas. A parte prática é desenvolvida em parceria com a esfera municipal e também com empresas particulares, é o caso da construção e manutenção de prédios públicos, executado pela Secretaria de Obras do município de Ariquemes. O projeto tem como objetivo proporcionar a reinserção social dos apenados por meio da qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho. Ao término dos cursos, os alunos/apenados recebem certificados de conclusão, que são viabilizados pelos parceiros do projeto, entre eles a Secretaria de Assistência Social, SENAI, SEBRAI, entre outros.

A instituição educacional existente dentro do presídio é composta por duas coordenadoras e professores, todos selecionados por meio de concurso público, sem contar ainda com monitores dos cursos do SENAI. No total foram utilizados em nossa pesquisa 7 (sete) profissionais da educação.

A escola possui 03 (três) salas de tempo integral, e desenvolvem diversas atividades, entre elas: leitura, roda de conversa, interpretação de textos, atividades pedagógicas junto aos alunos. Não há um número específico de alunos que estão sendo atendidos pela unidade, pois a rotatividade é muito grande, devido a situação do público atendido.

Há ainda 2 (dois) banheiros construídos para os alunos, sendo que um deles é masculino e outro, feminino. Vale dizer que a escola possui também um bebedor, o que segundo os alunos/apenados é um dos benefícios dos que frequentam as aulas, pois nas celas eles não têm acesso a água gelada.

No que diz respeito ao desenvolvimento profissional dos professores, observou-se que todos têm nível superior completo. Dentre os 05 (cinco) que participaram da pesquisa, 03 (três) são formados em matemática e 02 (dois) em pedagogia, sendo que destes 03 (três) são pós-graduados e 01 (um) é mestrando.

Resta dizer que a certificação dos alunos acontece de maneira igual como acontece para qualquer aluno que cursa outra instituição educacional, sendo certificados pelo CEEJAR. Além disso, os alunos que frequentam as aulas assinam uma folha de ponto para que lhes seja conferida a remissão da pena, que se dá por dias de estudo: 3 (três) dias estudados dão o direito de remir 1 (um) dia de pena.

5 ANÁLISE DOS RECORTES

Neste capítulo apresentaremos o resultado da análise dos materiais coletados durante o trabalho de campo a fim de compreender como a educação é trabalhada (se é trabalhada) no interior da Casa de Detenção.

5.1 O Questionário como instrumento de pesquisa: analisando a estrutura da escola

A pesquisa de campo foi feita durante um período de, aproximadamente, 6 (seis) meses. A mesma consistiu de observação *in loco* a respeito da rotina da Casa de Detenção de Ariquemes, assim como em especial a educação trabalhada pela instituição. Foram aplicados questionários aos alunos/apenados, Professores, Coordenadora da escola e Agentes Penitenciários, com a autorização do diretor do presídio assim como dos professores regentes, pudemos tirar algumas fotos durante as aulas assistidas.

Produzimos 4 (quatro) questionários direcionados aos seguintes protagonistas, a saber: a) Coordenadora da Escola, b) 8 (oito) agentes penitenciários, c) 5 (cinco) professores e, por fim, apenados (alunos).

No que diz respeito a esses questionários, nosso objetivo consistiu em compreender o modo como os envolvidos no processo de escolarização dos apenados enxergam (leia-se, representam) o papel da educação no processo de ressocialização dos mesmos. O pesquisador permaneceu dentro da Casa de Detenção, especificamente na escola pelo menos de 3 (três) a 4 (quatro) dias por semana nos três turnos, seguindo, desse modo, o cronograma pré-estabelecido pela Coordenadora⁷. O objetivo foi o contato com todos os professores em exercício. Esse foi um modo encontrado por nós para que pudéssemos realizar a observação da prática do professor em aula. Tivemos também de realizar uma conversa (informal) com os professores, já que durante a aplicação dos questionários surgiram muitas informações as quais não constavam nos questionários, mas que foram de suma importância para a presente pesquisa.

A *priori* foi solicitada a autorização do Diretor para que pudéssemos realizar a pesquisa no interior da Casa de Detenção. O mesmo sugeriu-nos que, pelo fato de a educação

⁷ Vale dizer que das diversas vezes que estivemos na Casa de Detenção de Ariquemes, a orientadora desse trabalho acompanhou-nos uma vez para conhecer mais profundamente o espaço carcerário e seu modo de organização. Nesse dia, a mesma teve a oportunidade de conhecer o Diretor da Casa bem como conversar com ele sobre a presente pesquisa.

oferecida aos detentos ser realizada em parceria com o CEEJAR, consultássemos a Coordenadora da instituição, o que também foi feito. Em seguida, após a permissão (ciência) de ambos, iniciaram-se as observações, portanto o trabalho de pesquisa objetivado por nós. Serão descritos alguns acontecimentos que ocorreram no período das observações, tendo em vista que eles podem contribuir de maneira profícua com o processo de desenvolvimento da análise a respeito das representações imaginárias sobre a educação nesse espaço, bem como as práticas pedagógicas produzidas, observando se de fato há a possibilidade de ressocialização por meio da educação (ensino) oferecida.

Primeiramente conversamos com o Diretor da Casa de Detenção a fim de colher informações sobre a existência de um histórico da instituição, assim como leis, plano de ação ou mesmo um regimento da instituição. Buscamos algumas informações, a saber: a) Surgimento da instituição; b) Documentos que regem a prática dos servidores, c) o tempo de permanência dos apenados em sala, finalmente, d) documentos em que há o registro sobre o comportamento dos alunos/apenados que passam a frequentar as aulas.

Ao realizar a pesquisa de campo, sentiu-se a necessidade de aplicar um questionário para a obtenção de uma melhor compreensão sobre a realidade dos professores na Casa, fundamentalmente de suas práticas pedagógicas a respeito da concepção de ressocialização e mudança do comportamento do apenado que passa a frequentar as aulas. Com a permissão da direção, o questionário foi aplicado a 05 (cinco) professoras e à Coordenadora da escola com o objetivo de averiguar o trabalho pedagógico. Além disso, objetivamos conhecer quais cursos de formação a professora tinha participado, bem como quais as mudanças eram notórias no perfil do aluno/apenado. Finalmente, buscamos saber, por meio dos professores que fazem parte desta pesquisa, qual a concepção de educação permeia o imaginário.

Ao adentrar o interior da Casa de Detenção, o texto a seguir (Foto 01), que se encontra logo na entrada que leva ao interior do presídio, chamou nossa atenção significativamente. Observemos:

Fotografia 1 – Brasão da Casa de Detenção de Ariquemes



Fonte: O autor, 2015.

Observe-se que o brasão está pintado em uma parede com fundo azul que dá acesso à recepção localizada no interior da Casa de Detenção. Nele lê-se o seguinte enunciado: “Ressocialização em defesa da sociedade”. Observe-se, ainda, que os enunciados em vermelho temos “Secretaria de Estado da Justiça” e “SEJUS”. Este último é a sigla do primeiro.

Há alguns sentidos e imagens importantes e significativos permeando o enunciado acima os quais gostaríamos de analisar.

Pode-se afirmar, com base na materialidade apresentada, que o sentido de ressocialização está funcionando como uma forma de defesa, qual seja: defesa da sociedade. A palavra “defesa”, inserida no contexto prisional em questão, traz em seu bojo a ideia de que é necessário defender alguém (no caso, a sociedade) que se encontra em situação de perigo. O perigo, metaforizado na figura do apenado (daquele que cometeu o delito), não faz parte da sociedade, uma vez que é preciso combatê-lo, afinal ele é causa do perigo por que passa a sociedade. Todos esses sentidos não estão ditos diretamente no fio do discurso (expressão essa corriqueira na Teoria do Discurso), mas estão silenciosamente presentes. A esse respeito, vale a pena citar Orlandi (2007) quando afirma em seu livro “As formas do silêncio no movimento dos sentidos”, que o silêncio não é ausência de palavras. Ele significa, atravessando-as. O silêncio é linguagem.

A formulação “Ressocializar em defesa da sociedade” corrobora (reforça) o imaginário historicamente construído do apenado como um sujeito de alta periculosidade ao sistema. Sendo assim, a ação de “ressocializar” comparece como um modo de defender a sociedade de um suposto problema (perigo), que é o apenado. Esse é concebido como um perigo, um mal que é preciso corrigir. Dito de outro modo, “ressocializar”, ao que tudo indica, significa, parafrasticamente, “corrigir”, “punir”, “privar”, tudo em nome (em defesa) da sociedade e não, como a nosso ver deveria ser, ressocializar para tornar melhor o apenado, dando-lhe condições e humanidade para que possam garantir deslocamentos importantes em sua identidade social. Portanto o foco da ressocialização da Casa não é o sujeito apenado, mas, isto sim, a sociedade.

Nesse processo de ressocializar outrem não se mencionam as razões pelas quais levaram o infrator a ocupar o lugar de apenado. Ou seja, reconhece-se o apenado o processo pelo qual o mesmo tornou-se apenado é apagado. E esse é um dos efeitos produzidos pela ideologia, como explicitamos no Capítulo 1: produzir um silenciamento e/ou evidência no modo de compreender os processos que levam os sujeitos a ocuparem seus lugares (sociais) na sociedade. Acrescente-se, não se menciona que o modo de organização de nossa sociedade, sociedade essa constituída de classes sociais distintas e díspares, é quem fabrica seus próprios marginais. A nosso ver, uma das formas de colaborar para a fabricação de marginais é lhe privar o acesso a algo que é (deveria ser) seu direito: uma escola de qualidade, condições dignas de vida Trata-se de um efeito cascata: ao privar o acesso ao ensino, priva-se o acesso aos bens culturais (leitura, cultura, etc.) importantes e, diríamos fundamentais, para a circulação e sobrevivência o sujeito em uma sociedade como a nossa⁸.

Ressocializar é tirar o sujeito da condição de perigo, do perigo que é para a sociedade. Não se trata de ressocializar para incluir o sujeito, mas (exclusão que é signo do modo mesmo como a sociedade é organizada).

Defesa (da sociedade) em relação a algo ou alguém que representa imaginariamente um perigo constante.

⁸ Vale dizer que não estamos fazendo aqui um elogio ao infrator muito menos aos seus delitos. O que estamos questionando é, isto sim, o modo de funcionamento dos presídios, que, como temos visto, ao invés de promoverem ações importantes que venham a modificar a sua identidade (já deteriorada) deslocar sentidos pejorativos, corrobora ainda mais a sua manutenção.

Fotografia 2 – Entrada da escola dentro da Casa de Detenção



Fonte: O autor, 2015.

Nessa foto pode-se observar a qualidade do ambiente (estrutura) da Casa de Detenção (celas) e da área da escola. Esse é um dos fatores que leva os alunos a aderirem às aulas, pois é um modo de se livrar, algumas poucas horas, do cheiro desagradável presente nas celas.

Fotografia 3 – Pavilhões



Fonte: O autor, 2015.

Os pavilhões são compostos por três salas de aula. Um deles é destinado ao curso do SENAI, Biblioteca, Coordenação, local em que há também um banheiro feminino e outro masculino. A estrutura da escola é de boa qualidade, oferecendo aos alunos comodidade. Entretanto, a nosso ver, há um desrespeito da Direção do presídio que não leva em conta a quantidade de salas e as utiliza para outros fins sem prévia comunicação à coordenadora e professores. Assim, utilizam-se das salas para guardar pertences dos apenados que não estão sendo utilizados ou mesmo para sediar cursos profissionalizantes que são oferecidos em parceria com o SENAI. Os professores, por sua vez, têm que ministrar suas aulas na sala de coordenação ou mesmo na biblioteca. Eles não têm informação de quando as salas estão desocupadas.

Fotografia 4 – Sala de aula



Fonte: O autor, 2015.

As salas de aulas assim como as outras dependências da escola não se diferenciam em momento algum de qualquer outra instituição de ensino, no tocante à estrutura e educação oferecida. Todas as salas possuem ar condicionado, carteiras em bom estado de conservação, armários nos quais são guardados os jogos pedagógicos e materiais utilizados em aula. Há também um quadro branco.

Fotografia 5 – Biblioteca



Fonte: O autor, 2015.

A biblioteca da Casa de Detenção possui mobiliário adequado e apresenta boa organização. Ela disponibiliza aos alunos/apenados um número considerável de exemplares de livros, assim como computadores que permitem o acesso restrito a internet. Pelo menos uma vez por semana os professores levam seus alunos e fazem uso da biblioteca. Um ponto levantado durante uma conversa entre o pesquisador e os professores é o fato de os alunos enfrentarem grande dificuldade de emprestarem livros, isto é, não lhes é permitido o empréstimo de livros a fim de que possam ler durante sua permanência nas celas.

Para nós, essa proibição – levar livros para a cela – é no mínimo sintomática do modo como a educação é representada pelo sistema carcerário.

Fotografia 6 – Coordenação



Fonte: O autor, 2015.

A sala de coordenação pedagógica é utilizada também como sala dos professores, uma vez que a instituição não possui uma sala para essa finalidade. Os professores, ao chegarem na instituição, ficam esperando os alunos serem retirados das celas, o que demanda um tempo considerável. A nosso ver, tal logística – a espera do professor pela liberação dos alunos – resulta em uma perda significativa de tempo para o início do trabalho em aula. Para nós, essa espera e consequente atraso corroboram o modo de representação da educação: o ensino parece não ser importante para o sistema carcerário em questão, o que impede de fato que o processo de ressocialização seja uma realidade.

Fotografia 7 – Curso do SENAI



Fonte: O autor, 2015.

A sala na qual está sendo oferecido o curso do SENAI, na verdade é uma sala da escola que foi cedida para esse fim. No momento em que tiramos a foto acima, os alunos estavam participando do curso de corte e costura, curso esse bastante procurado pelos alunos apenados. Durante o processo de pesquisa e mais exatamente da aplicação dos questionários, os apenados que estudam fizeram questão de dizer, em tom de reivindicação, que seria muito bom o surgimento de mais cursos e mais vagas.

Vale dizer que o momento em que tiramos a foto houve um atrito entre os apenados e os agentes penitenciários. Alguns alunos disseram que não estavam ali para serem fotografados, já o agente que nos acompanhou disse que quem não quisesse aparecer na foto que saísse do foco, já aqueles que apareceram na imagem acima (Foto 7), permaneceram espontaneamente.

Fotografia 8 – Banheiros



Fonte: O autor, 2015.

Fotografia 9 – Bebedor



Fonte: O autor, 2015.

No decorrer da aplicação do questionário, alguns alunos detentos pediram explicação ao pesquisador, pois encontraram dificuldades em responder a algumas questões. Uma das questões consistiu em saber os benefícios das aulas oferecidas. Dentre outras coisas, responderam que ali (sala de aula) tinham ao menos o direito à água gelada. Afirmaram que nas salas de aula há bebedouro coletivo (Foto 9), o que não existe na área das celas. Nas palavras de um dos apenados: “até parece brincadeira ou uma coisa simples, mas pra gente que vive todos os dias assim, é uma coisa muito boa”. Portanto, é muito comum eles levarem para a aula uma garrafinha vazia. No término da aula, no retorno à cela, os apenados enchem a garrafa de água gelada.

Portanto, o que compreendemos é que a escolha por frequentar às aulas recai, em sua grande medida, em virtude do acesso ao banheiro, à água gelada, e não exatamente pelo que o estudo pode promover ao apenado. E isso tem que ver com o modo mesmo como o sistema trata seus detentos. Para nós, era preciso um deslocamento no modo de pensar a escola no interior do presídio para que se garantisse, de fato, a ressocialização pelo estudo, pela educação.

Fotografia 10 – Paineis



Fonte: O autor, 2015.

É notória a preocupação por parte dos professores em estimular e adequar suas aulas à turma com qual trabalha. Um bom exemplo disso é o mural de boas vindas (cf. Foto 10). Nele pode-se constatar que a frase representada no mural “Sonhe, lute, conquiste, tudo é possível, você nasceu para vencer!!!”, embora pareça contraditória (e talvez de fato seja), consiste em estimular o aluno apenas a persistir em seus objetivos para que tenha o seu destino modificado. Destino, vale dizer, muitas vezes já pré-determinado pela sociedade, sociedade excludente, que os deixam à margem.

5.1.1 O resultado das respostas do questionário à coordenadora

A coordenadora é formada em Pedagogia séries iniciais e é pós-graduada em Teoria e Prática do Ensino de Língua Portuguesa e Matemática (séries iniciais). Atua na área da educação a 18 (dezoito) anos, além de participar de fóruns sobre a Educação Prisional.

Foi questionada a existência em sala de aula de um trabalho voltado para a integração, a inclusão e ressocialização do aluno (detento) na sociedade, se o mesmo acontece e, caso afirmativo, como se aplica. Como resposta obtivemos o seguinte: **Coordenadora**: “Sim, pois sempre trabalhamos com aluno de tal forma que ele se sinta integrado na sociedade e resgate valores que venha contribuir para a sua integração na sociedade”.

A resposta da coordenadora foi bem vaga a nosso ver, ela respondeu a primeira pergunta, mas quanto à segunda que pedia para ela especificar como acontece esse trabalho, a mesma deixou a dúvida pairar no ar.

Quando questionada a respeito da desistência dos alunos/apenados, a mesma disse que: **Coordenadora:** “Quase não temos desistência, há uma rotatividade de alunos devido a alvarás albergue e transferências de unidade prisional que ocorrem com os detentos”.

O exposto acima realmente acontece constantemente, pois o público alvo é flutuante, tanto que não há uma lista de chamada a ser seguida. O que os professores fazem são anotações para que, quando fechar o mês, se faça um relatório sobre quais alunos participaram das aulas, ou seja, aos alunos não são atribuídas faltas, mas sim participação.

Questionamos como se dá o oferecimento das aulas, se é opcional ou se critérios são seguidos para selecionar os alunos apenados. Tivemos a seguinte resposta: **Coordenadora:** “Seguem-se alguns critérios pois não temos vagas para todos e o baixo efetivo de agentes não dá condições para aumentar o número de alunos”.

A coordenadora não deixou claro quais os critérios utilizados para selecionar esses alunos apenados, mas, de acordo com o que pudemos observar *in loco* e por meio das informações obtidas com os professores, tudo depende do interesse e do comportamento do apenado. Quando há interesse, o diretor é avisado e, a partir daí, ele é quem decide. Para nós, essa é uma forma de obscurantismo e falta de transparência. De acordo com a coordenadora, após o aval do diretor, os familiares dos alunos devem providenciar os documentos necessários para efetuar a matrícula e validar o certificado. Durante a entrevista, a coordenadora afirmou que, na maioria das vezes, a matrícula fica a cargo da coordenadora ou dos professores uma vez que a família não mostra interesse pelo assunto.

Um outro problema é o fato de que não há vagas para todos. Cada sala de aula comporta no máximo 21 (vinte e um) alunos apenados por período, mas apenas no período noturno mantém-se essa quantidade de alunos. Tal exigência acontece por conta da segurança dos professores.

De nossa parte, esses dois fatores, falta de interesse da família e o número limitado de vagas, são um modo de empecilho que incide na não ressocialização do apenado.

5.2 Concepções de educação e ressocialização no discurso dos professores pesquisados

Os professores foram questionados sobre o ensino oferecido pela Casa de Detenção de Ariquemes. Mais exatamente, questionamos em que aspecto(s) o ensino (a educação) pode fazer diferença na vida dos detentos. Obtivemos as seguintes respostas, a saber:

Professor A1: “sim. Com os estudos há maior facilidade na procura de emprego”.

Professor A2: “Com certeza, pois como relatei anteriormente, é uma forma de receberem conhecimento, concluírem os estudos e sonharem em ter uma vida mais digna”.

Professor A3: “Sim. Quando o aluno consegue entender que só através dos estudos ele pode mudar o seu caminho, tudo fica mais fácil”.

Todos os entrevistados concordaram que o estudo oferecido na Casa de Detenção de Ariquemes tem um efeito positivo na vida dos alunos apenados. O Professor A1 concebe o estudo como forma de qualificação profissional, raciocínio esse ligado ao fato de que o aluno apenado não retornaria ao mundo do crime uma vez empregado. Já o Professor A2, vê o estudo como uma maneira de mudar o destino pré-determinado.

Quando questionados sobre qual a concepção acerca do ensino oferecido pelo sistema prisional de Ariquemes, os professores responderam:

Professor A1: “O ensino oferecido na casa de detenção de Ariquemes segue o mesmo padrão de quem está fora (modular) com a vantagem de que eles estão disponíveis todos os dias e tem professores à disposição também todos os dias”.

Professor A2: “Poderíamos ter mais alunos em sala, mas por questões de segurança o nº de alunos é reduzido. Nós professores gostaríamos de ser mais úteis, no entanto temos de seguir regras para não criar conflitos entre presídio e CEEJAR. Tudo que se faz tem de ser comunicado à direção do presídio. (Nós temos mais de dez padrões)”.

Professor A3: “O ensino oferecido aqui é o mesmo dos alunos de fora, (sistema modular)”.

Todos os professores que participaram do questionário fizeram questão de destacar que o ensino oferecido pela Casa de Detenção de Ariquemes é de qualidade. O Professor A1 afirmou que os alunos estão disponíveis todos os dias e que há sempre professores à disposição. No entanto, a nosso ver, parece haver aí uma contradição. Lembremos que os alunos apenados reclamaram, inicialmente, que perdem tempo com a demora na liberação para a aula. Reclamaram que, muitas vezes, perde-se um tempo significativo no trajeto que vai da cela para a sala de aula. Para nós, esse fator principalmente denota que não se trata,

portanto, de condições iguais àquelas que são garantidas em escolas fora do Presídio. Neste, os alunos têm sempre menos tempo de aula, em virtude da pouca boa vontade do próprio sistema na liberação dos apenados. Tudo funciona para dificultar que as aulas aconteçam. Discursivamente, privar os alunos à aula é um modo, indireto, de punição. O acesso à aula seria uma forma de bem-estar, de sobremesa aos apenados.

Os alunos apenados também reclamaram sobre o fato de alguns professores faltarem sem justificativa prévia. São avisados em cima da hora que não haverá aula. Já o Professor A2 frisou muito bem ao afirmar que “Tudo que se faz tem de ser comunicado à direção do presídio (Nós temos mais de dez patrões)”. Isso se deve ao fato de, além prestarem conta dos acontecimentos à coordenadora, ainda o fazem ao diretor da Casa de Detenção e, muitas vezes, aos agentes penitenciários.

Uma professora relatou que estava, certa vez, bem entusiasmada em fazer um projeto diferenciado, deixando um tempo da aula destinado à confecção de artesanato. No entanto, o diretor da instituição barrou, de todas as formas possíveis, a entrada de materiais no espaço institucional do presídio. Confidenciou que aqueles materiais que lá entraram, foram extraviados, sumindo de um dia para o outro e que os que restaram foram danificados. Isso aconteceu durante o período em que não havia alunos apenados em aula, pois a mesma conferiu os materiais antes de guardá-los e os mesmos, até então, estavam intactos. Outro acontecimento narrado foi que, durante o fechamento de um semestre, a professora pediu para o diretor que liberasse a entrada de alguns quitutes para a realização de uma festinha para os alunos. Na falta do diretor, os agentes esfarelaram o bolo, despedaçaram o pudim e não permitiram a entrada de bombons. A professora disse que a relação estabelecida com os agentes é bem desconfortável.

Questionamos a existência em sala de aula de um trabalho voltado para a integração, a inclusão e ressocialização do aluno (detento) na sociedade, se o mesmo acontece, como se aplica:

Professor A1: “Estar oferecendo ao detento o direito de estudar, de receber conhecimento e de concluir seus estudos é uma maneira de estimulá-lo a não continuar no crime. Quando o apenado volta para a sociedade, sua mente está mais propícia a buscar novos horizontes, pois seu grau de escolaridade e de conhecimento foi melhorado”.

Professor A2: “Todo início de aula quando há oportunidade trabalhamos textos voltados a valores, fraternidade, amizade, conduta, honestidade, perdão, auto perdão”.

Professor A3: “Sim, pois à medida que o aluno avança nos estudos, ele passa a conviver com outros alunos e há redução de pena”.

Os três professores disseram que existe em sala um trabalho voltado para a ressocialização dos alunos apenados. Apesar do Professor A1 ter dito: “estar oferecendo ao detento o direito de estudar”, mas esquece que isso é um direito garantido ao aluno/apenado. O Professor A2, por sua vez, deixou claro como se aplica o trabalho de ressocialização em suas aulas. Pudemos comprovar, em nossa primeira observação, um momento significativo de leitura de um livro trazido pela professora que contém apenas textos que trazem valores a serem adotados.

Já o Professor A3 disse que os alunos, ao avançarem nos estudos, passam a conviver com outros alunos, o que é bastante positivo para a identidade social do apenado. O professor também fez questão de reafirmar que há redução da pena por tempo de estudo, talvez pelo fato de atribuírem o interesse do aluno exclusivamente à remissão, se diferenciando da maneira de pensar dos alunos/detentos que não apresentam tal justificativa em suas respostas.

As respostas serão reproduzidas na íntegra, ou seja, tal como foram formuladas pelos professores.

5.3 Concepções de educação e ressocialização no discurso dos alunos/apenados.

Em visita à Casa de Detenção de Ariquemes, realizamos a aplicação de questionários com os alunos apenados visando compreender a sua percepção acerca da educação oferecida. As respostas obtidas seguem abaixo:

Ao questionarmos os apenados sobre a opção por assistirem às aulas oferecidas pelo sistema prisional, colocamos, na sequência, a hipótese da não existência de oferecimento das aulas. À pergunta “como seria seu dia-a-dia”, obtivemos as seguintes respostas:

Apenado A1: “[seria] um inferno por que sistema prisional não oferece uma boa condição para o preso si ressocializar de volta a sociedade”.

Apenado A2: “Por que seria muito mais triste sem estudo por que é o último benefice que eu estou tendo esta oportunidade de aprender ler e escrever e muito importante para nós”.

Apenado A3: “Se não tivesse seria muito ruim. As aulas ajuda distrai a mente”.

O Apenado A1, deixou bem claro que o dia-a-dia dentro da Casa de Detenção de Ariquemes não é nada fácil, comparando-o ao inferno. Confessou ainda que o sistema prisional não oferece nenhuma condição para que o apenado que não frequenta as aulas se ressocialize a fim de ser reinserido na sociedade. Portanto, a educação é o único meio capaz

de poder ajudar esses indivíduos, como afirma o Apenado 2: (...) “É o último benefice que eu estou tendo esta oportunidade de aprender a ler e escrever “.

Uma vez que dentro das celas os apenados passam o tempo ociosos, sem nada para ocupar a mente, o estudo comparece no imaginário como espaço de distração, de um momento possível de esquecer a sua condição de sujeito social. Como bem diz o apenado A3: “As aulas ajuda a distrair a mente”. Mesmo que não tenham um progresso significativo, as aulas os estimulam de alguma forma.

Sobre a primeira impressão ao chegar na Casa de Detenção de Ariquemes, e depois que passou a frequentar as aulas, os apenados responderam:

Apenado A1: “Encarar a realidade imposta, por que dever a justiça não dá né. O errado tem que fazer o que? Melhor, depois que já estou preso não vai ser tempo perdido se aproveitar para aprender. O estudo é importante”.

Apenado A2: “To ferrado acabei com minha vida. Depois que passei a frequentar as aulas fiquei muito feliz foi como se houvesse uma luz no final do túnel, minha passagem para uma chance melhor”.

Apenado A3: “Minha impressão foi assim eu axei que era o fim di carreira mas não é engano meu a minha impressão da aula foi a minha professora ela é simpática ela da atenção ela insina o aluno e ajuda”.

Em ambas as respostas obtidas, pudemos observar que, ao adentrarem a Casa de Detenção de Ariquemes, todos os apenados tiveram uma impressão muito ruim. Vale ressaltar o que disse o Apenado A1: “Encarar a realidade imposta, por que dever a justiça não dá né”, ou seja, o apenado tem consciência de que ele deve pagar o que deve à Justiça, e também é notório que tanto para o Apenado A1 como para o Apenado A2 o estudo é algo muito importante e que através dele se pode vislumbrar um futuro melhor.

O Apenado A3, por sua vez, viu na professora, em seu modo de ensinar, uma esperança, um modo possível de sobreviver naquele espaço. Encontrou nela atenção e dedicação.

Quando questionados se tinham sugestões para poder melhorar o ensino oferecido pelo presídio, os apenados afirmaram:

Apenado A1: “Sim, dar orientação aos agentes, para não deixar de tirar os presos para estudar, pois tem vez que o aluno falta, não é por culpa dele e sim por causa que os agentes não quis tirar, não são todos que age deste jeito”.

Apenado A2: “Sim, primeiramente tinha que colocar os estudantes em celas separadas onde só ouvesse estudantes, tinha que ter um tratamento diferenciado dos demais presos. Trabalhar mais com palestras educacional, podia ter um lugar para trabalhar com horta, etc”.

Apenado A3: “Melhorar a merenda, já que somos nós mesmos que preparamos a alimentação, e devido nós trabalharmos durante o dia, acabamos ficando muito cansado, e mal dá tempo de chegar e tomar banho e ficar pronto pra hora que os agentes vai buscar na cela, se não estiver pronto na hora certa acaba ficando pra trás, é por isso que muitos acabam desistindo, hoje mesmo só veio eu do pessoal que trabalha.”

Sobre o exposto pelo Apenado A1, realmente pôde-se comprovar o que ele disse em nossa observação no decorrer do período de pesquisa de campo. Foram várias vezes em que os agentes penitenciários deixaram de liberar os alunos das celas para a aula. Em alguns casos, relatou-se que os agentes levavam para a aula apenas alguns apenados. Quando questionavam sobre os outros colegas, os agentes voltavam às celas para buscar o restante dos alunos, resultando no atraso do início das aulas. Geralmente quando isso acontece, produz-se um certo desconforto entre professoras e agentes penitenciários, uma vez que aquelas acabam indo em defesa dos alunos, pois percebem uma notória falta de vontade por parte dos agentes e, porque não dizer do sistema penitenciário como um todo.

Segundo os relatos das professoras, esse é um acontecimento que se dá rotineiramente, já que alguns agentes são contra o oferecimento das aulas aos apenados. Para alguns, liberar os alunos para a aula demanda aumento de seu trabalho. Já o Apenado A2, ao expor sua opinião, levantou outro ponto importante: os apenados que estudam continuam dividindo a cela com os demais apenados. Esse fato impossibilita que os mesmos consigam estudar no horário que se encontram nas celas, uma vez que dentro das celas os interesses são os mais diferenciados, tendo jogos de cartas, barulho, conversa paralela e não sendo um ambiente adequado para quem necessita de concentração.

Já o Apenado A3 trouxe uma informação importante: os apenados que se encontram no final da sentença e trabalham fora da Casa de Detenção de Ariquemes, não dividem a cela comum e, sim, o que chamam de “apartamento”, no qual não ficam presos como aqueles que permanecem em celas. Aqueles fazem suas próprias refeições, e por isso o apenado em questão sugeriu em sua resposta que fosse melhorada a alimentação, já que, ao retornarem ao final de um dia de serviço, mal têm tempo de tomar banho e ficarem prontos para serem levados para a escola. Em razão disso, tendem a abandonar o estudo. De fato, no dia de aplicação do questionário, apenas o apenado A3 – dentre os vários que permanecem nos apartamentos, havia ido para a escola, por que os outros, além de cansados, não tiveram tempo de se alimentar e tomar banho a tempo.

Um fato curioso que aconteceu no fim da aplicação do questionário, foi o apenado mostrar as palmas das mãos e as mesmas estarem com bolhas. Ele disse o seguinte: “Vê se

isso é mão de um ser humano....”. Vale ressaltar que o trabalho exercido pelos apenados é na construção civil. Os mesmos não recebem pelo trabalho produzido, apenas têm a remissão da pena. Uma vez abordado esse assunto em conversa informal, uma das professoras asseverou: “Como que essas pessoas trabalham e saem daqui sem nada? O que elas vão fazer ao saírem daqui a não ser praticar outros delitos, pois não têm nenhum dinheiro, e já que ninguém vai querer empregar um ex-detento?”.

As respostas serão reproduzidas na íntegra, ou seja, tal como foram formuladas pelos alunos apenados.

5.4 Concepções de educação e ressocialização no discurso dos agentes.

Após aplicação dos questionários aos alunos apenados, passamos a aplicar um questionário aos agentes penitenciários, que, de uma forma ou outra, participam da escolarização desses alunos, já que são eles os responsáveis pela retirada dos alunos das celas para a escola, localizada dentro da própria Casa de Detenção. Os agentes devem aguardar os detentos até o fim das aulas para levá-los de volta às celas, ou mesmo alojamentos, no caso dos alunos que já estão no processo de albergue.

No momento em que entregamos os questionários aos agentes, os mesmos perguntaram se era para responder a verdade ou se poderia mentir a fim de colocar respostas bonitas. Respondemos que deveriam expressar em suas respostas o que realmente acontece. As perguntas do questionário, assim como as respostas obtidas seguem abaixo:

Sobre a desistência por parte dos alunos em relação às aulas oferecidas pela Casa de Detenção de Ariquemes, e em razão do que elas acontecem, os agentes responderam:

Agente penitenciário A1: “Há um número grande de interrupção de aulas, porém é devido à rotatividade custodiados que saem por progressão de regime ou transferência”.

Agente penitenciário A2: “Sim, alguns desistem pela falta de interesse nas aulas e outros pela dificuldade de assimilação dos conteúdos”.

Agente penitenciário A3: “O número de desistência é pequeno, pois o estudo é uma forma de remir a pena.

As respostas apresentaram disparidade, em relação ao número de desistência e na justificativa apresentada, pois, para o Agente A1, o número de desistência é grande, e acontece devido à rotina dos apenados, algo que pudemos comprovar nas observações feitas *in loco*. Já o Agente A2 atribui a desistência pela falta de interesse dos alunos/apenados, ou

pela falta de assimilação dos conteúdos, o que é uma inverdade pois, os como os alunos desistiriam das aulas por falta de interesse uma vez que a participação das aulas é algo que parte da própria iniciativa deles, uma vez que as aulas não são obrigatórias. Já o Agente penitenciário A3, disse que a desistência é pequena, talvez, pelo fato de que ele esteja associando a desistência por livre espontânea vontade e não a especificidade da Casa de Detenção.

Foi questionada a opinião dos agentes penitenciários no que se refere aos alunos que optaram pelas aulas, se no término da pena, os detentos demonstram ter sofrido ressocialização, e se os agentes acreditam que as aulas contribuíram(-em) para a ressocialização dos alunos/apenados.

Agente penitenciário A1: “Não, caso que ocorre a ressocialização é raro”.

Agente penitenciário A2: “Alguns apresentam melhoras, no que se refere a disciplina e aproveitamento para realizarem cursos profissionalizantes e até continuidade mesmo que mínima nos estudos quando tem a liberdade”.

Agente penitenciário A3: “Sim, para aqueles alunos que frequentam as aulas dando continuidade aos estudos, eles conseguem concluir o estudo e muitos até pensam em fazer o nível superior”.

É perceptível que o Agente penitenciário A1, faz parte do grupo que é contra o oferecimento das aulas aos alunos/detentos, já os Agentes A2 e A3, acreditam na ressocialização dos alunos/detentos, ou mesmo na melhoria do comportamento dos mesmos através das aulas, e vislumbram a possibilidade de que os alunos possam dar seguimento aos estudos mesmo fora da Casa de Detenção.

Quando questionados a respeito da concepção do ensino oferecido na Casa de Detenção de Ariquemes, os agentes responderam:

Agente penitenciário A1: “Ao meu ver as matérias, conteúdos e métodos pedagógicos se assemelham ao que é de melhor, oferecido nos supletivos e seriados”.

Agente penitenciário A2: “O ensino neste sistema ajuda na ressocialização dos detentos também para o prosseguimento dos estudos para os que pensam em aprender ou até mesmo chegar em concluir os estudos. Mas a maioria deles participam das aulas para sentir-se um pouco livres da cela e remissão de pena”.

Agente penitenciário A3: “O que se percebe é que o trabalho educacional tem contribuído para a ressocialização do detento, com isso não sendo necessário penalizá-lo, mas sim dando-lhe nova oportunidade de trabalho na sociedade”.

Para ambos, o ensino oferecido pela Casa de Detenção de Ariquemes é positivo para os alunos detentos, tanto que o Agente penitenciário A1 afirmou que o ensino dentro da Casa

de Detenção se iguala ao ensino destinado a qualquer aluno que frequente o sistema supletivo. Já os Agentes A2 e A3 reforçaram o papel da educação na ressocialização dos alunos apenados, o Agente A2 acredita inclusive que o apenado pode chegar a concluir seus estudos, no entanto, no final da entrevista, fez questão de deixar claro que a maioria dos alunos/apenados participa das aulas no intuito de ficarem fora das celas e também pela remissão da pena por estudo.

O Agente A3 afirma que o ingresso dos alunos na aula faz com que não seja mais necessário o uso de penalidades, ou seja, o aluno apenado vai sendo moldado. Essa sua fala vai ao encontro de uma interessante afirmação de Araújo (2000, p. 85), especialista em Foucault no Brasil:

O carcerário (prisão) fabrica corpos a um só tempo “dóceis e capazes (...) A modelação do corpo dá lugar a um conhecimento do indivíduo, o aprendizado de técnicas induz a modos de comportamento e a aquisição de atitudes se combina com a fixação de relações de poder”, explica Foucault.

Seguindo o dito acima, levando em consideração que na época em que foi tratado o assunto a educação dentro dos presídios ainda era algo novo, uma vez que nem na atualidade todas as prisões brasileiras contam com esse serviço, a educação exerce, portanto, o papel de fabricar corpos dóceis.

As respostas serão reproduzidas na íntegra, ou seja, tal como foram formuladas pelos agentes penitenciários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho consistiu na análise dos modos de representação da educação (ensino) no espaço institucional da Casa de Detenção de Ariquemes. Partimos do pressuposto que a educação formal é um dos principais fatores que podem contribuir de modo significativo em possíveis deslocamentos identitários do sujeito apenado. Isto é, a educação, se trabalhada de modo significativo, pode ser um lugar importante para a promoção da inclusão e ressocialização do sujeito apenado.

Ao término deste trabalho, pudemos observar que há muitas barreiras atravessando o processo de ressocialização dos sujeitos apenados. O mero encarceramento dos mesmos não garante – nunca garantiu – deslocamentos importantes em sua identidade, muito menos um retorno digno do apenado à sociedade. Fazer justiça ao crime cometido deve transcender o encarceramento do sujeito, embora a utilização da educação e profissionalização desses indivíduos possa surtir melhores resultados.

Para os apenados, a educação é uma válvula de escape para poderem sair da rotina imposta pelo sistema prisional, já que, além de estarem se distraindo, eles aprendem a ler e escrever, concluem seus estudos e ainda tem remissão da pena. E há diversos tipos de infração cometida pelos apenados, mas quando os mesmos estão em sala de aula, todos passam a serem alunos, sem nenhuma distinção.

O ato de ensinar os alunos/apenados a ler e escrever é permeado por um significado de dar uma chance de vida melhor a esses alunos, segundo o discurso dos professores, e por isso requer uma mudança da maneira como lidam com seus alunos e com o próprio funcionamento da Casa. Durante as aulas a relação estabelecida entre os professores e alunos vai além de repassar conteúdos, os professores trabalham como psicólogo dos mesmos, tentando ressocializá-los a partir de sua prática cotidiana.

Concluimos que ainda há muito a ser melhorado dentro da Casa de Detenção de Ariquemes para que os apenados tenham chance de ser ressocializados, podemos apontar por exemplo, a infraestrutura deficitária da instituição, assim como a atitude a ser modificada por parte do diretor do presídio e agentes penitenciários que não tem respeito com a educação que é oferecida na instituição. Talvez, quando estes se conscientizem do verdadeiro papel que o presídio deve exercer, muito sejam os ganhos não somente para os alunos/apenados, mais para a sociedade que após o cumprimento das penas a eles aplicadas, estarão recebendo-os

novamente. Deve ser mais valorizado os profissionais que atuam em sala de aula, pois os mesmos nunca receberam o incentivo por periculosidade prevista em Lei, mais para que tudo isso aconteça e necessário maiores investimentos pelo poder público.

Esperamos ter esclarecido os diferentes os modos de vigiar e punir em diferentes épocas. Tais formas estão diretamente relacionadas com os distintos discursos construídos ao longo da história do homem.

Acreditamos que não se deve deixar de punir os indivíduos, mas que saibam como puni-los para que no final de suas penas os mesmos não saiam piores do que adentraram os presídios e que possam dar continuidade a suas vidas de maneira digna.

É importante salientar que já existem outros trabalhos que abordam a temática, e todos eles fazem referência a situação precária dos presídios, tanto os brasileiros quanto os estrangeiros, mas, pouco ainda é discutido sobre o oferecimento de estudo dentro dos sistemas prisionais brasileiros, mesmo assim, Rondônia teve um índice bem positivo de alunos/apenados que realizaram as provas do ENEM em 2014. Sinal que a educação tem exercido mudança sobre os apenados, inclusive o município de Ariquemes tem o número de alunos/detentos que estão concluindo o ensino médio maior que o número de alunos que estão sendo alfabetizados. Isso não quer dizer exclusivamente que é mérito do ensino ministrado dentro da Casa de Detenção de Ariquemes, mais que o interesse no estudo é uma certeza entre os apenados.

Finalizamos essa monografia, mas os pontos aqui abordados continuarão sendo motivo de nossa preocupação e interesse.

Esperamos ter contribuído de alguma forma para a compreensão da temática que levantamos.

REFERÊNCIAS:

- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ANDRIOLA, W. B. **Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/11.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.
- ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.
- BOTERO, Fernando. **Mulher se penteando**. Colômbia: [s.n], 2004. Disponível em: <<http://almeidaedale.com.br/artistas/fernando-botero>>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 7. ed. Campinas, editora da Unicamp, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm>. Acesso em: 01 Julho 2015.
- BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm>. Acesso em: 04 maio 2015.
- BRASIL. **Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015**. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília, DF: MEC, [ca. 2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816&msg=1>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: Aportes metodológicos**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul. n. 114, p. 197-223, nov./2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 26 junho 2015.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. O Sujeito e o Poder. In RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

NACIONES UNIDAS. **La educación básica em los establecimientos penitenciários.** Hamburgo, 1994. Disponível em: <<http://www.unesco.org/education/uie/online/prisp/prisp.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2015.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso** - princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 1999.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

REIS, D. S. **Perigo de rebelião e fuga em presídio de Ariquemes faz com que juíza acione o Governo. Rondônia:** Rondoniaovivo, [ca. 2015]. Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/perigo-de-rebeliao-e-fuga-em-presidio-de-ariquemes-faz-com-que-juiza-acione-o-governo/1349#.VUfvk_nIYfT>. Acesso em: 04 maio 2015.

VECELLIO, Ticiano. **Vênus de Urbino.** Itália: [s.n], 1538. Disponível em: <<http://renascimentotarauaca.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

VIEIRA, O. V. **Direitos Fundamentais.** São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - COORDENADORA

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

• Qual o seu nível de formação?

() Ensino médio () Graduação () Pós-graduação

• Qual a sua área de formação?

• Participa de congressos ou seminários? Quais? Quantos por ano?

• Possui publicação na área da educação? (Considera-se como publicação um artigo, um capítulo de livro ou um livro). Qual o seu tempo de atuação na educação?

• Em que modalidade de ensino atua nesta Instituição?

SOBRE ASPECTOS PEDAGÓGICOS DIVERSOS:

• O trabalho interdisciplinar é algo possível de ser realizado dentro da Casa de Detenção de Ariquemes? Por quê? Como?

• Existe em sala de aula um trabalho voltado para a integração, a inclusão e ressocialização do aluno (detento) na sociedade? Qual? Descreva.

• Como se dá o processo de avaliação do aluno? (ela é diária, periódica, existe a aplicação de provas, testes, é acrescido notas a esses alunos)

- Há a existência de diários? É feito o acompanhamento das faltas? Uma vez que eles se encontram dentro da instituição, como é encarada a questão das faltas?

- Na organização do currículo, existem propostas de atividades (projetos)? Em caso positivo, quais são eles? E como eles acontecem?

- Os professores integram em suas aulas os conhecimentos de outras disciplinas, trocando experiências regularmente? De que forma fazem isso?

- Existe a possibilidade dos alunos (detentos) realizarem momentos de leitura fora do horário de aula? Como isso se dá?

- Qual a frequência das aulas? Elas acontecem todos os dias? Em caso negativo, quantas vezes por semana elas acontecem?

- Qual a duração das aulas? Os alunos possuem intervalo?

- Na sua opinião, no que se refere aos alunos que optam pelas aulas, ao saírem os detentos demonstram terem sofrido uma ressocialização? Fale sobre.

SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPP):

- Existe um PPP na instituição? Como ele é apresentado?

-
-
-
- Quem participou da construção do PPP da instituição?

-
-
-
- De que formas o PPP é disponibilizado para consulta? Onde fica o documento?

-
-
-
- O conteúdo do PPP é claro para todos na instituição?

-
-
-
- O PPP é continuamente aprimorado em reuniões e no dia-a-dia da instituição, com a colaboração de todos?

-
-
-
- A metodologia utilizada pelos professores pode ser considerada adequada à concepção do PPP?

-
-
-
- O PPP contempla modos inovadores para avaliar o desempenho dos alunos, apresentando métodos e critérios de avaliação com clareza?

SOBRE O AMBIENTE ESCOLAR:

- Há um número considerável de desistência por parte dos alunos?

-
-
-
- Existe uma quantidade específica de alunos para participarem das aulas? Fale sobre.

- No que diz respeito à transferência de unidade prisional, há o aproveitamento desse período ao qual o aluno participou das aulas?

- A educação oferecida pelo presídio é opcional? Ou segue critérios para seleção?

- A educação oferecida pelo presídio influencia de alguma maneira na remissão da pena? Em caso positivo, como acontece esse processo?

SOBRE O ESPAÇO FÍSICO DA SALA DE AULA (DESCRIÇÃO DO AMBIENTE):

- Como pode ser descrito o espaço da sala de aula? Possui jogos educativos? Quais? Existem livros para serem consultados? Como é o mobiliário e qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?

- Existem trabalhos expostos em murais? Como são esses materiais?

GESTÃO EDUCACIONAL

Sobre a prática administrativo-pedagógica do gestor:

- Sobre a prática em gestão educacional, fazer os seguintes questionamentos: maiores dificuldades encontradas; situações gratificantes; como o gestor encaminha as situações de conflitos?

Sobre o espaço físico da sala dos gestores (descrição do ambiente):

- Como pode ser descrito o espaço da sala da equipe gestora? Possui móveis confortáveis e adequados? Existem computadores? Há livros e documentos à vista para serem facilmente consultados? Qual é o aspecto das paredes, portas e janelas?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO - PROFESSORES

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Qual o seu nível de formação?

() Ensino médio () Graduação () Pós-graduação

- Qual a sua área de formação?

- Participa de congressos ou seminários? Quais? Quantos por ano?

- Possui publicação na área da educação? Considerando como publicação um artigo, um capítulo de livro ou um livro? Qual o seu tempo de atuação em educação?

- Em que modalidade de ensino atua na Instituição?

SOBRE ASPECTOS PEDAGÓGICOS DIVERSOS:

- O trabalho interdisciplinar é algo possível de ser realizado? Por quê? Como?

- Existe em sala de aula um trabalho voltado para a integração, a inclusão e ressocialização deste aluno a sociedade? Qual? Como pode ser descrito?

- Como se dá o processo de avaliação do aluno? (ela é diária, periódica, existe a aplicação de provas, testes, é acrescido notas a esses alunos)

- Há a existência de diários? É feito o acompanhamento das faltas? Uma vez que eles se encontram dentro da instituição, como é encarada a questão das faltas?

• Na organização do currículo, existem propostas de atividades (projetos)? Em caso positivo, quais são eles? E como eles acontecem?

• Você, enquanto professor, integra em suas aulas os conhecimentos de outras disciplinas, trocando experiências regularmente? De que forma fazem isso?

• Existe a possibilidade dos alunos (detentos) realizarem momentos de leitura fora do horário de aula? Como isso se dá?

• Qual a frequência das aulas? Elas acontecem todos os dias? Em caso negativo, quantas vezes por semana elas acontecem?

• Qual a duração das aulas? Os alunos possuem intervalo?

• Na sua opinião, no que se refere aos alunos que optam pelas aulas, ao saírem os detentos demonstram ter sofrido ressocialização?

• Você acha que o ensino oferecido pelo sistema prisional, expressamente na Casa de Detenção de Ariquemes, faz diferença na vida dos detentos? Em que aspectos? Fale sobre.

• Qual sua concepção acerca do ensino oferecido no sistema prisional de Ariquemes? Fale sobre.

SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPP):

- Existe um PPP na instituição? Como ele é apresentado?

- Quem participou da construção do PPP da instituição?

- De que formas o PPP é disponibilizado para consulta? Onde fica o documento?

- O conteúdo do PPP é claro para todos na instituição?

- O PPP é continuamente aprimorado em reuniões e no dia-a-dia da instituição, com a colaboração de todos?

- A metodologia utilizada pelos professores pode ser considerada adequada à concepção do PPP?

- O PPP contempla modos inovadores para avaliar o desempenho dos alunos, apresentando métodos e critérios de avaliação com clareza?

SOBRE O AMBIENTE ESCOLAR:

- Há um número considerável de desistência por parte dos alunos?

- Existe uma quantidade específica de alunos para participarem das aulas? Fale sobre.

- No que diz respeito à transferência de unidade prisional, há o aproveitamento desse período ao qual o aluno participou das aulas?

- A educação oferecida pelo presídio ela é opcional? Ou segue critérios para seleção?

- A educação oferecida pelo presídio ela influencia de alguma maneira na remissão da pena? Em caso positivo, como acontece esse processo?

SOBRE O ESPAÇO FÍSICO DA SALA DE AULA (DESCRIÇÃO DO AMBIENTE):

- Como pode ser descrito o espaço da sala de aula? Possui jogos educativos? Quais? Existem livros para serem consultados? Como é o mobiliário e qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?

- Existem trabalhos expostos em murais? Como são esses materiais?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ALUNOS

1) Idade: ____ anos.

2) Sexo: F () M ().

3) Estado Civil: _____.

4) Qual a série que esta cursando?

_____.

5) Há quanto tempo você se encontra recluso da sociedade?

_____.

6) Há quanto tempo frequenta as aulas dentro do presídio?

_____.

7) Por que você optou em participar das aulas oferecidas pelo sistema prisional?

_____.

8) Você optou por assistir às aulas oferecidas pelo sistema prisional. Considerando a hipótese de que não houvesse o oferecimento das aulas, como seria seu dia-a-dia?

_____.

9) Qual foi sua primeira impressão ao chegar aqui no presídio? E depois que passou a frequentar as aulas?

_____.

10) Qual a sua opinião sobre a educação oferecida pelo sistema prisional de Ariquemes?

_____.

11) O ensino oferecido contempla suas expectativas? Justifique.

12) Você tem sugestões para poder melhorar o ensino oferecido pelo presídio?

13) Que tipos de atividades pedagógicas são aplicadas pelos professores em sala de aula?

14) As aulas propiciam momentos de leitura? Fale sobre.

15) Além das aulas oferecidas, existem outras atividades educativas? Em caso afirmativo, elas são importantes? Por quê?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO - AGENTES

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Qual o seu nível de formação?

() Ensino médio () Graduação () Pós-graduação

- se possuir nível superior, qual a sua área de formação?

- Você nota se há um número grande de desistência por parte dos alunos em relação às aulas oferecidas na casa de detenção de Ariquemes? Em caso afirmativo, qual o motivo de tal desistência em sua opinião?

- Na sua opinião, no que se refere aos alunos que optam pelas aulas, ao término da pena, os detentos demonstram ter sofrido ressocialização? Ou seja, você acredita que as aulas contribuíram(-em) para a ressocialização dos detentos?

- Existe diferença entre o comportamento dos alunos que participam das aulas e daqueles que não participam? Em caso afirmativo, isso é perceptível em que sentido?

- Você acha que o ensino oferecido pelo sistema prisional, precisamente pela Casa de Detenção de Ariquemes, faz diferença na vida dos detentos? Em que aspectos? Fale sobre.

- Qual sua concepção acerca do ensino oferecido no sistema prisional de Ariquemes? Fale sobre.
